

MOVIMENTO

Revista da União Nacional dos Estudantes - UNE

Nº 4 - Maio/2002

Leia especial sobre os 65 anos da
UNE e saiba por que a trajetória
da entidade dos estudantes
faz parte da história
do país

UNE
65 anos

Para entender e repensar o Brasil:
estudantes debatem eleições 2002

Vladimir de Carvalho: "O governo
tem que investir no cinema"

Futebol: paixão ameaçada



1. Editorial - A UNE apresenta suas armas



2. Universidade Elogio à resistência

- 4. “A Universidade produz o futuro”
- 6. Livre acesso
- 8. A nota continua sendo zero
- 10. Bonitinho ou ordinário

12. Outro país, outro mundo A reconstrução do Brasil

- 14. O país despedaçado...
- 16. ...E a reconstrução do país
- 18. Golpe? Que golpe?
- 20. Shalom Salam Paz
- 22. Por trás das marcas



24. Cultura Tá tudo dominado

- 26. Por uma cultura democrática
- 28. Cinema brasileiro: uma era de incertezas
- 30. O artista da palavra
- 32. A máfia de chuteiras
- 34. Doutor em futebol

36. Especial 65 anos A história da UNE faz parte da história do Brasil

- 37. Anos 30
- 38. Anos 40
- 39. Anos 50
- 40. Anos 60
- 41. Anos 70
- 42. Anos 80
- 43. Anos 90
- 44. Impeachment





Expediente

A revista **Movimento** é uma publicação da União Nacional dos Estudantes, produzida com recursos da carteira de identificação estudantil.

Diretoria Executiva

Presidente – Felipe Maia

1º Vice-Presidente Nacional – Ademario Sousa Costa

2º Vice-Presidente Nacional – André Margalho

Secretário Geral –

Marcello Mota Gadelha

1º Secretário –

Hermano Rocha de Melo

2º Secretário –

Luís Cláudio Messa Longo

Tesoureiro Geral –

André Fettermann Coutinho

1º Tesoureiro – João Luís Grando

Diretor de Comunicação –

Saney Santos Sampaio

Diretor de Escolas Particulares –

Gustavo Lemos Petta

Diretor de Escolas Públicas –

Anderson de Souza Campos

Diretor de Políticas

Institucionais – Danilo Moreira

Edição

Reportagem: Gabriela Mendonça, Gisela Mendonça, Luciana Bento, Pedro Venceslau e Sérgio Kakitani

Texto final e edição: Gisela Mendonça e Luciana Bento

Projeto gráfico e editoração: Maria Figaro

Ilustrações: Vicente Mendonça

Sede nacional da UNE: Rua Vergueiro, 2485 – Vila Mariana – São Paulo – SP – Cep: 04101-200
Fone/fax: (11) 5084.6726.

Sítio na internet:

www.estudantenet.com.br

Endereço eletrônico
revistamovimento@une.org.br

EDITORIAL

A Une apresenta suas armas

Nos dias que um golpe sacudiu a Venezuela e quase colocou abaixo um projeto de resistência e independência que se desenvolvia ali, uma coisa ficou bem clara. Só uma grande idéia pode ter a mesma força que tem o dinheiro, a mídia e o império. Foi com uma idéia na cabeça – a “revolução bolivariana”, que prega um país menos desigual e mais soberano – que centenas de milhares de cidadãos desceram das favelas e bairros pobres para invadir a capital do país, Caracas, e exigir o respeito à democracia, e ao presidente eleito com amplo apoio popular.

A UNE completa em agosto 65 anos, uma idade que poucas entidades do movimento popular conseguem comemorar. A UNE chega viva e renovada aos 65 anos como mais uma prova da força das idéias. Foi com a força da idéia da luta contra o fascismo que a UNE nasceu. Com a força da idéia de um país democrático que resistiu e mobilizou centenas de milhares de estudantes durante o regime militar. Foi com a força da idéia que um projeto corrupto e entreguista não serve ao Brasil que fez uma campanha como a do Impeachment, que faz dez anos. Foi com a força da idéia que representa uma educação de qualidade, pública e gratuita, como direito e não como mercadoria, que a UNE ganhou o respeito da sociedade. É com a força da idéia de que é possível construir um novo país, um mundo diferente, que continuamos de pé.

Muitas vezes idéias tão fortes podem parecer frágeis, diante do poderio de uma mídia monopolizada, ou dos milhões de dólares movimentados para patrocinar e sustentar um projeto que só gera desigualdade, violência e dependência. Mas continuamos acreditando na força das idéias, e que elas podem ficar mais fortes ainda, invencíveis, se forem idéias de milhões.

Nessa revista que você recebe agora, a UNE apresenta suas armas – as idéias para transformar a educação, o país e o mundo.

Felipe Maia
Presidente da UNE



Elo

resist

A stylized illustration of a man in a black suit, white shirt, and orange tie. A hand is shown holding a blue and white flag. The background is purple with white curved lines. The text 'gão à' is in yellow and 'ência' is in red.

gão à ência

A universidade pública cresceu. Ganhou vagas, formou mais doutores. Venceu batalhas pela democracia. Aposta no software livre e busca uma avaliação institucional verdadeira. Pode faltar tudo à universidade brasileira, menos disposição para resistir e crescer

“A Universidade produz o futuro”

Foram quatro anos de resistência a um reitor imposto pelo governo, contra a escolha da comunidade universitária e da sociedade. À frente dessa resistência, cumpriram grande papel os decanos da universidade, entre eles o economista Carlos Lessa. O fim da era do autoritarismo de José Henrique Vilhena chegou com a eleição de Lessa como reitor, com esmagadora maioria de votos. O MEC não teve como fugir da indicação. Nesta entrevista à *Movimento*, o reitor fala do papel da universidade pública e da importância da resistência



Foto: João Carquejal/AE

Em algum momento houve o risco de a história se repetir e o ministro não indicar o senhor?

Logo que foi proclamado o resultado, recebemos o apoio de todos os vereadores da cidade. Em seguida, vieram apoios do governador, vice-governador, prefeito, o prefeito do interior, a Assembléia Legislativa, os três senadores do Rio de Janeiro. E também das instituições profissionais, organizações acadêmicas, movimentos sociais, CUT e Associação Comercial. Os quatro anos do professor Vilhena têm um mérito, apesar de tudo: colocaram a UFRJ em pauta. Ficou muito claro que a cidade e o Estado do Rio de Janeiro passaram a cobrar de perto o que acontece na UFRJ, e isso para nós é muito importante.

Como o senhor encara os limites e as possibilidades de uma universidade como a UFRJ?

A universidade é uma instituição do Estado nacional. O Estado nacional se apresenta por muitas dimensões: pela ponta dos fuzis, por sua legislação e pela vigilância de suas leis, pela força ou pela fraqueza do seu dinheiro, pelo

grande cartão de visitas que é a sua universidade. A nação tem na universidade uma das suas instituições centrais, com características muito especiais. A universidade é a casa do espírito, que se organiza pelo mérito e que cultua a diversidade, a controvérsia, a dúvida, a pergunta, o saber pelo saber, o compromisso de memória do passado, a crítica da produção cultural do presente, o atendimento das necessidades gerais do presente de uma sociedade e que produz, principalmente, os futuros.

Quais os limites de um administrador desta instituição?

Os limites do reitor são os limites da vida. E existem as limitações econômicas... A universidade está submetida a pão e água, migalhas, um orçamento apertado, necessidades variadíssimas, limitações administrativas. São muitas questões, mas eu quero que a universidade seja uma festa e estou desafiando os estudantes a multiplicarem as festas. Estudantes têm que fazer jornalzinho humorista, criar campeonato de futebol, de jogo de damas, de xadrez, exposição de fotografia, concurso de poesia. Os estudantes,

além de se profissionalizar, têm que se integrar na universidade.

Mas parece que hoje existe uma idéia forte de que a universidade é uma coisa para se profissionalizar e acabou.

A universidade é uma espécie de microcosmo do futuro, esta visão é tão importante que as universidades inglesas defendem as refeições em comum. Eu queria bibliotecas comuns, salas culturais comuns, refeitórios comuns. As pessoas que passam pela universidade devem guardar deste período a insegurança de ser jovem, a alegria das descobertas, os encantos e desencantos dos contatos que tiveram com muita gente, tudo isto é muito importante como material para construir os homens do futuro.

E a crise financeira? Que peso tem para a universidade?

Os tempos que vêm pela frente são muito difíceis para a universidade, para estrada de rodagem, para o corpo do hospital. Falta luva para o cirurgião, a estrada precisa tampar buracos, a universidade precisa de recursos. Nós estamos metidos dentro de um regime de escassez que é universal no setor público no Brasil.

Como enfrentar isso?

A universidade vive hoje problemas dramáticos. Houve um grande sucesso em aumentar matrículas no ensino médio. De 1994 a 2001, os concluintes do ensino médio regular cresceram 102%, concluintes do ensino médio supletivo cresceram 400%. Dessa imensa massa de jovens, uma grande porcentagem quer ir para universidade. Existem duas universidades oferecidas: a pública, gratuita, de qualidade e a privada, de qualidade duvidosa. Onde está a aspiração dos brasileiros? Na pública, claro. Nós temos que fazer crescer e preservar a qualidade da universidade pública, além de elevar a quantidade. Mas para isso precisa de

recurso. Por exemplo, a UFRJ pode aumentar o número de matrículas, porque no campus do Fundão temos muitos equipamentos que não são utilizados a noite. A UFRJ pode dar muitos cursos noturnos, ela tem salas de aula para isso, mas não temos segurança. Segurança passa por iluminação, limpeza, mais professores – porque a maioria já está cumprindo a sua carga plena, hoje estou cheio de professores substitutos. A universidade está pronta a abrir mais vagas, mas precisa que o governo garanta as condições.

Mas parece que o governo acha que a expansão vai se dar pelas universidades privadas.

A sociedade quer mais universidades públicas, e o orçamento público tem que dar prioridade a isso. As universidades públicas, no seu conjunto, cresceram 29%. As unidades federais cresceram 33%. As privadas cresceram 86%. É um desequilíbrio. E a universidade privada só cresce no que é barato e dá lucro, mas o país não é o lucro. As universidades públicas deveriam estar crescendo a uma taxa pelo menos igual às universidades privadas. A universidade pública está cumprindo o seu papel, mas com enorme dificuldade. Mas o que me preocupa é que haja uma grande pressão e a universidade pública seja forçada a diminuir a qualidade. Veja, por exemplo, o que aconteceu na universidade de Buenos Aires: tem professor dando aulas com microfone, não tinha salas, os estudantes têm que ficar nos corredores.

Qual o papel da pesquisa nesse projeto?

A pesquisa científica é fundamental para todo o processo de ensino das gerações futuras e é cartão de apresentação do país ao mundo. Quando uma pesquisadora da Embrapa começou a estudar a fixação da bactéria que permitiu converter a soja de clima temperado

para clima tropical e deu certo, ela transformou o Brasil no segundo maior produtor mundial de soja, o grande produtor tropical de soja. Quando começou, era um trabalho em laboratório, preocupado com bactérias. Em algum laboratório brasileiro pode estar sendo pesquisada uma droga que melhore o problema do câncer, algumas já foram descobertas em laboratórios brasileiros. Mas o início da concepção não pode estar submetido à economia. Nenhuma nação é nação se não tem cientistas capazes de discutir de igual para igual com todos cientistas do mundo.

O senhor se considera um nacionalista?

Eu sou nacionalista, não populista. Na verdade, houve uma tentativa de desqualificar essa idéia. A idéia dominante era que o mundo estaria para a globalização, que colocaria a nação com letras minúsculas. A globalização produz o terrorismo em Nova York, a decadência da Argentina. A idéia de nação tem que se restabelecer em todos os lugares, as novas gerações estão vendo que a globalização se desdobra em um mundo avassalador. A Argentina se arreventa, mas o centro do mundo lava as mãos e fala: arrebente-se. Nação e povo não são uma coisa da crônica. Quando você valoriza o povo da sua nação, você está criando um seguro de vida para o futuro.

Como a universidade pode se situar neste momento de eleições gerais, tão fundamentais para a nação...

A universidade é aberta a sociedade, é muito natural que partidos políticos tenham projeções dentro da universidade, e a controvérsia passe por disputas interpartidárias, é absolutamente desejável que seja assim. A Universidade não é o espaço preferencial para que este processo se desenvolver, mas é um dos lugares.

Livre acesso

A idéia do software livre cresce como alternativa possível às grandes empresas, como a Microsoft. No Brasil, há varias iniciativas surgindo, principalmente nas universidades

Por Sérgio Kakitani

O computador é o corpo e o software, os programas, são a alma. Quem fez essa analogia foi um dos grandes matemáticos contemporâneos, o americano Gregory J. Chaitin. Trazendo a frase de Chaitin do mundo poético dos matemáticos para o mundo bilionário da informática, podemos dizer que o diabo é sedutor e tem muita gente vendendo a alma por não conhecer alternativas.

Mas elas existem e vêm se desenvolvendo há cerca de vinte anos. No embate entre os programas proprietários, como o Windows, e os softwares livres, estes vêm evoluindo e ganhando cada vez mais espaço.

Além disso, o adjetivo livre não diz respeito ao preço, pois os softwares livres não são gratuitos – apesar de terem custo bem menor do que os programas da Microsoft. O “free” do nome se refere à liberdade – de acesso à tecnologia, ao conhecimento e à técnica. E isso vale para todas as almas: desde computadores



peçoais até redes de governos de Estado, passando principalmente pelas universidades.

A impressora não funciona

Richard Stallman é a figura central da idéia do software livre. É chamado pela imprensa de “o último hacker”, por incorporar a filosofia original do grupo, de buscar sempre o acesso à informação e ao conhecimento. Gênio da programação, Stallman se desligou do Massachusetts Institute of Technology – MIT (nos EUA) em 1984, quando pediu ao fabricante do sistema de computadores do instituto o programa da impressora, que não funcionava. Não recebeu e a partir daí se desligou do instituto e se pôs a criar um sistema de código aberto.

Fundou a Free Software Foundation (Fundação do Software Livre), base da filosofia do software livre, e desenvolveu vários programas. Mais tarde, em 1991, o estudante finlandês Linus Torvald lança o sistema Unix – programa de rede usado na maioria dos servidores – de código aberto, chamado Linux, e o registra com a licença de software livre. Stallman então acoplou seus programas ao Linux. Nascia então o GNU/Linux.

“Liberdade para estudar o que um programa faz, de fazer o que quiser com ele, de distribuir cópias, de dividir com outras pessoas e de cooperar uns com os outros. Liberdade

também de publicar suas próprias versões (de programas) para poder contribuir para o conhecimento. Estas são as razões pelas quais nós desenvolvemos o sistema operacional”, explica Stallman.

Aberto e fechado

Uma das grandes diferenças entre os dois sistemas é o acesso ao código fonte, ou seja, às informações essenciais, ao esqueleto do programa. Com o código fechado dos proprietários, o usuário fica refém da empresa que o fabrica. Todas as informações processadas, desde as de computadores pessoais como também de grandes redes, são feitas nessa base de que só a empresa tem a chave. Ou seja, uma nova tecnologia já nasce monopolizada. E com isso, vêm os altos custos de manutenção e atualização.

Os softwares livres, ao contrário, têm o código fonte aberto. Foi por isso que se desenvolveram. O Linux, por exemplo, foi sendo modificado por programadores de todo o mundo depois que Torvald o disponibilizou na Internet. O mesmo acontece com os programas da Free Software Foundation. Foi na base da cooperação que evoluíram. Modificava-se o programa e depois publicavam-se os resultados e transformações.

A universidade é lugar privilegiado para o desenvolvimento do software livre. “Eu acho que a universidade é o campo ideal. Tem não só o talento, mas também obrigação”,

diz Sérgio Campos, coordenador do projeto Computador Popular, em Belo Horizonte, e diretor do departamento de Ciências da Computação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Uma das barreiras para a adoção do software livre, principalmente em computadores pessoais e empresas, é saber que existem alternativas. E a universidade já está mostrando esse caminho.

Tecnologia compartilhada

Com o código aberto há uma transferência de tecnologia que não aconteceria de outro modo. Os alunos de computação podem estudar os programas, adaptá-los do jeito que quiserem e até criar seus próprios programas.

Na UFMG, há um convênio com uma empresa para oferecer sistemas a baixo custo. Laboratórios para o aprendizado do software livre também estão sendo formados dentro da própria universidade e nas escolas de ensino médio de Belo Horizonte. A UERGS, a Unicamp e a USP, por exemplo, também estudam e desenvolvem programas dentro da idéia do software livre.

Outra vantagem é o custo. Com o software livre, a rede interna das universidades pode ser montada com um custo muito baixo em programas e equipamento. E isso também se estende aos serviços públicos. Toda a rede de serviços do governo do Rio Grande do Sul foi montada sobre o software livre. E a economia foi enorme. Em 1999, o gasto do governo com programas proprietários foi de 18 milhões de reais, e em 2001 caiu para 150 mil.

No Brasil já existe um projeto de lei, de autoria do deputado Walter Pinheiro (PT-BA), para que seja regra a utilização de softwares livres no serviço público, a exemplo do que acontece na França, Itália e China, e que está sendo apreciado pela Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara Federal.

Na mão dos poderosos

Em agosto de 2001, o MEC publicou um edital que dava à Microsoft exclusividade para abastecer 233 mil computadores com seu Windows. Se tivesse optado pelo software livre Linux, já amplamente utilizado em vários setores do serviço público e no qual funciona 60% da Internet, o Ministério poderia, com o mesmo dinheiro, ter comprado 430 mil computadores.

Além disso, não gastaria dinheiro

cada vez que tivesse que atualizar os programas, já que o código aberto do Linux permite que isso seja feito sem custo.

No MEC, as relações com a empresa de Bill Gates beiram o parentesco. Marco Antônio Souza, irmão do ministro Paulo Renato, é advogado da Microsoft. Mas isso, evidentemente, não teve nada a ver com o negócio de 500 milhões que caiu no colo da empresa americana.

A nota continua sendo **zero**

Depois de mais de seis anos da publicação da lei do Provão, é fácil constatar que a avaliação não funciona. E, mais uma vez, quem sai perdendo é o aluno

Por Sérgio Kakitani

Fez-se um pacote bonito, algum apoio da mídia e argumentos que não iam além da superfície. Mas contra uma campanha de marketing das boas, nada como os fatos. Depois de passados mais de seis anos da implantação do Exame Nacional de Cursos, o Provão, chega-se à conclusão de que o propagado método de avaliação das universidades imposto pelo MEC não funciona e que os alunos e o ensino superior são os maiores prejudicados.

Em outubro de 1996, pouco antes dos primeiros cursos serem submetidos à prova, a UNE lançou a publicação “Zero – A Nota que o Provão Merece”. Com opiniões de juristas, educadores, psicólogos e outros profissionais da comunidade universitária, denunciava que a tentativa do MEC não era nada daquilo que se anunciava.

Mesmo enfrentando resistência da UNE, das executivas de curso, dos estudantes e da comunidade universitária, a idéia foi em frente. E de bandeira maior do ministro Paulo Renato, passou a ser o epitáfio de uma administração que sucateou a educação de uma forma absurda.

Receita de fracasso

De absurdo em absurdo, pode-se começar pela idéia de avaliar um curso de quatro anos em quatro horas. Deixa-se de lado, por exemplo, a pesquisa, a estrutura oferecida aos alunos e o corpo de profes-



sores. E joga toda a responsabilidade nas costas do estudante.

E com o Provão, outras alternativas de avaliação já elaboradas foram esquecidas. Como o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – PAIUB, criado durante o governo Itamar Franco e deixado de lado pelo MEC. O PAIUB se diferencia muito do Provão e é baseado em uma avaliação mais global da instituição. Também não prevê punição e leva em conta todos os itens deixados de lado hoje, como a estrutura das universidades e as diferenças regionais.

Outra alternativa são as avaliações preparadas para cursos específicos. Um exemplo é o Sinaem – Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Médico. Fazem parte do processo diversas instituições, como o Conselho Federal de Medicina, a Executiva Nacional do Curso, Denem, e a UNE, entre outras. Há também o programa do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, também elaborado para avaliar a universidade de maneira mais ampla e do qual participam cerca de vinte universidades.

Assim, a receita dos quatro anos em quatro horas, como anunciado, acaba desempenhando a função de grife para diversas faculdades. Como, pelo Provão, a garantia de qualidade do curso só é dada a posteriori, a única meta de ensino em algumas faculdades passa ser atingir determinada nota, deixando outros aspectos da educação de lado. As conseqüências dessa lógica são muitas, e são muitos os casos de alunos prejudicados.

Castigo para a coerência

No curso de medicina da Universidade Federal de São Paulo – Unifesp, os penalizados foram os alunos. Depois de alguns graduandos boicotarem o Provão, a nota da medicina caiu de A para B. Para que isso não acontecesse mais, a direção do curso começou a exigir a nota do provão no exame de residência. E isso porque o MEC sempre garantiu que a nota individual nunca seria usada para avaliar os alunos. Mesmo depois que, no ano passado, Paulo Renato premiou os oito primeiros colocados no Provão com

bolsa da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

Esse não é um caso isolado. Na UNIABC (Universidade do ABC) a filosofia é a mesma. Segundo a aluna do primeiro ano de pedagogia, Adriana Gomes da Silva Gil, a universidade, incomodada com a nota C em seu curso, instituiu avaliações bimestrais no formato do Provão. Os alunos tiveram, em dois dias, duas provas que englobavam três matérias cada, com três horas e quinze minutos de duração. Ela conta que 80% dos alunos de sua sala tiveram nota 3, na escala de 1 a 10. “Para o quê estão nos preparando? Para nada. Isto não é ensinar”, diz Adriana. Alguns de seus professores estão deixando a universidade e ela acha que é por causa da decisão.

Outra forma de pressão sobre os alunos aconteceu na Universidade Federal de Alagoas, no curso de agronomia. O estudante Cícero Adriano Vieira dos Santos teve recusado um pedido de transferência de mestrado para a instituição. Ele diz que passou na prova de títulos e por isso pediu uma explicação por escrito da recusa. O documento recebido por Cícero diz que o Colegiado do Curso de Mestrado em Agronomia decidiu incorporar outros critérios para a avaliação. Estes outros critérios citados são carta de recomendação, perfil do candidato e desempenho no Provão. Mesmo não tendo acesso à nota individual do aluno, a instituição fez disso um critério.

Além de ser incapaz de avaliar o ensino das universidades brasileiras, o Provão introduz uma lógica simplista dentro da universidade, em que o ensino, a pesquisa e a extensão acabam sendo o que não conta. Vale mesmo é o treinamento para responder a questões limitadas. Não é de se espantar que este modelo acabe produzindo figuras como o dono da universidade fluminense Estácio de Sá que questionado, respondeu que o negócio dele não era educação e sim a Estácio de Sá. E que pesquisa não se fazia na sua “universidade” por ser uma “inutilidade pomposa”.

A voz dos estudantes

A UNE e as executivas de cursos estão realizando, até o dia 17 de maio, o Plebiscito do Provão. A idéia é discutir e debater a avaliação das universidades e referendar a opinião dos estudantes sobre a avaliação do MEC. O país foi dividido em várias regiões e foram realizados congressos regionais para organizar as universidades para a votação.

Bonitinho ou

Os cursos seqüenciais, apresentados como a grande saída para democratizar o acesso à Universidade, precisam ser analisados para além das aparências

O problema da expansão de vagas do ensino superior não é novo. Vaga tem de sobra, só que nas universidades particulares e a um alto preço. No sistema público, as vagas são poucas, faltam cursos noturnos e a demanda é bem maior que a oferta.

Uma das opções apresentadas pelo governo para resolver este problema são os cursos seqüenciais. Idealizados pelo intelectual e então senador Darcy Ribeiro, os seqüenciais foram criados pela Lei de Diretrizes e Bases de 1996. Em 1999, foram regulamentados e as instituições de ensino puderam a ministrá-los.

Segundo o último censo do ensino superior, são 178 cursos no país, 19.987 vagas oferecidas e 13.585 estudantes em 2000.

Mas o que são, como estão funcionando e a que vieram estes cursos?

Os cursos seqüenciais brasileiros têm inspiração, mais uma vez, nas regras da terra do Tio Sam, nos *community colleges* americanos, que oferecem um diploma menos conceituado que o das universidades de primeira linha. Podem ser feitos por qualquer estudante com 2º grau completo e, apesar de serem cursos de nível superior, não são considerados



graduação e não fornecem diploma. Com duração mais curta, em média dois anos, eles são feitos em campos específicos do saber e o aluno-cliente pode optar entre o vasto leque de recursos humanos a gestor de marketing, de gastronomia a moda.

Democrático ou aristocrático?

As opções existentes até agora estão em faculdades particulares e custam caro. O que não resolve, então, o problema do acesso democrático ao ensino superior.

Nas universidades públicas, especialistas pisam em ovos para participar da discussão. Especificamente nas estaduais paulistas, o debate

tem avançado. O pró-reitor de graduação da Unicamp, Ângelo Cortelazzo, defende que a universidade experimente cursos de curta duração, uma espécie de ciclo básico superior. “O ciclo básico significaria mais dois anos de escolaridade para o estudante, democratizando o acesso. É uma alternativa que não visa o mercado”, afirma. Segundo ele, os seqüenciais podem ser uma idéia interessante, desde que não sejam usados apenas para facilitar ou aligeirar a formação.

O problema é que, na prática, é isso que está acontecendo. Este tipo de curso já virou um grande negócio para a “indústria de diplomas” que se tornaram as universidades particulares brasileiras.

E fica a questão: não seria mais interessante investir dinheiro público em cursos noturnos, o que garan-



tia de fato uma boa formação científica e mais democrática? O professor Cortelazzo diz que a Unicamp está aberta para a discussão e disponibiliza seu e-mail para quem quiser palpitar – angelo@unicamp.br.

O presidente da Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (Andes), Roberto Leher, tem uma opinião mais radical a respeito. Segundo ele, esses cursos são agregados de disciplinas que não garantem a formação profissional do aluno. “É um desrespeito ao jovem que se ilude a respeito de sua formação”.

Para Leher, os cursos sequenciais fazem parte de um projeto maior do governo brasileiro que privilegia a educação privada. “A flexibilização curricular significa, em última análise, um rebaixamento da

qualidade de ensino na América Latina”, afirma. “Um curso ligeiro significa uma educação ligeira, e pode maquiar o real número de estudantes que chegam ao terceiro grau.”

Apressado come cru

A mais importante discussão a respeito dos cursos de curta duração é sobre em que e para que eles realmente preparam o aluno. Criar alternativas para a expansão do ensino superior em um país carente como o Brasil é necessidade que não se discute. Mas é preciso saber fazer.

A universidade é um lugar de produção de conhecimento, um lugar para desenvolver pesquisa, tecnologia e pensamentos que contribuam para o avanço social. Entrar em uma instituição superior para fazer um curso rapidinho e voltado única e ex-

clusivamente para as circunstâncias do mercado não resolve a necessidade de educação e capacitação do jovem brasileiro. Ou melhor, resolve em curto prazo, em alguns casos apenas, mas não cria bons profissionais capazes de agirem criticamente na sociedade.

Um curso sequencial pode até formar excelentes técnicos em áreas específicas de demanda no mercado de trabalho. Mas as técnicas e demandas mudam rápido e este aluno vai se tornar obsoleto e um novo será requisitado. Um profissional com formação sólida pode se adequar melhor até mesmo às oscilações do mercado.


“Eu sou extremamente favorável à idéia do profissional pleno, ou seja, aquele que tem domínio das técnicas profissionais de um dado momento, mas tem o saber e o desenvolvimento profissional que lhe permite incorporar as novas técnicas, ou seja, alguém que caminhe com os próprios pés”, declara Carlos Lessa, reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E completa: “criar cursos como os sequenciais é reduzir o período de formação e fazer com que as pessoas sejam formadas nas técnicas e não nos corpos científicos que sustentam as técnicas. Isso é muito grave, principalmente numa visão de desqualificação de mão-de-obra. Porque você passa a ter centenas de pessoas que dominam uma determinada técnica sem conhecer todos os seus fundamentos”. Até parece a velha história do apertador de parafusos do *Tempos Modernos*, de Chaplin.

E mesmo no mercado de trabalho já há ressalvas aos egressos dos cursos sequenciais. Preocupados com o preparo dos profissionais com esses certificados, todos os conselhos de saúde proibiram o credenciamento desses estudantes. Outras entidades de classe, como as dos advogados e de engenheiros, arquitetos e agrônomos, também fazem restrições a eles.

A discussão não está fechada, mas o importante é não perder de vista que apertar parafusos só não basta.

A reconstrução de





É hora de construir um projeto nacional, diferente do que hoje constrói e aprofunda a desigualdade, a violência e dependência. É hora de fundar as bases de um projeto em que o Brasil seja reconstruído — no seu desenvolvimento econômico, na sua identidade nacional, na sua própria cultura, no seu próprio povo

Brasil

O país despedaçado...

Foi a herança do modelo aplicado no país na última década. A propaganda massiva (e milionária) do governo não consegue esconder o essencial: a maioria está mais pobre, a minoria está mais rica e o país está mais dependente do que nunca

Por Gisela Mendonça

No dia 3 de abril de 2002, duas reportagens, publicadas na mesma edição do jornal *Folha de S. Paulo*, mas como se não tivessem nada a ver uma com a outra, quando lidas atentamente podiam significar um retrato fiel do que é o Brasil hoje. A primeira notícia dava conta de que o lucro líquido dos vinte maiores bancos que operam no Brasil triplicou em 2001. A segunda matéria tratava da divulgação dos resultados de uma pesquisa do Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sociais e Econômicos), que apontavam uma queda de 18,8% do salário médio real do trabalhador na região metropolitana de São Paulo na década de 90. Segundo as conclusões do mesmo estudo, além do encolhimento do salário, os brasileiros experimentaram, de 1989 a 1999, o aumento do desemprego e a

piora dos empregos gerados pelo setor produtivo. O salário mínimo perdeu poder de compra e a concentração de renda se elevou.

“Essas imagens são um clássico, mostram a essência do modelo implantado, é preciso que se diga, não só por Fernando Henrique. O começo foi em 1989, com a eleição do Collor”, analisa o economista Luiz Gonzaga Belluzzo, da Unicamp. Depois de mais de uma década, os resultados se fazem sentir nos mais diversos aspectos – econômicos, políticos e sociais – do país.

A matriz desse modelo é o pensamento neoliberal que rezava a mesma cartilha para todos os países da América Latina. Segundo esta visão, o Brasil padeceria de excessiva intervenção do Estado e fechamento da economia – causas da inflação e do baixo crescimento. Para sanar esses males, a receita era “libertar” as forças do mercado e atrair capitais estrangeiros, que seriam capazes de “modernizar” a economia e ampliar a produção. A abertura da economia foi radical, desmedida, provocou danos irreversíveis no tecido industrial brasileiro. Os programas de privatização e concessão privilegiados tiraram das mãos do Estado setores estratégicos. O famoso “investimento estrangeiro” se concentrou no setor de aquisições de empresas privatizadas e fusões. Muito pouco ou nada aconteceu em termos de transferência de tecnologia, por exemplo. A vida, portanto, foi diferente do que prometia o Consenso de Washington.

O embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, ex-chefe do Departamento Econômico e ex-diretor do Instituto de Pesquisas em Relações Internacionais do Itamaraty resume da seguinte forma as consequências da estratégia econômica adotada pelo governo: “A situação é de extrema gravidade. A precariedade da infraestrutura se revelou com a crise energética e a deterioração do sistema de transporte. Há enorme déficit no balanço de transações correntes e

a dificuldade de gerar um superávit comercial significativo. Houve concentração de renda e queda de salário real. A dívida pública interna explodiu e a taxa de juros é estratosférica, estagnadora. Os tributos se multiplicaram e houve corte brutal de dotações sociais, cada vez mais insuficientes para atender as necessidades da população”.

Para os jovens, esse modelo foi particularmente perverso. Segundo pesquisa do Dieese, o desemprego atingiu em cheio a juventude: o número de jovens empregados entre 15 e 24 anos caiu quase pela metade de 1991 para 2001. Na faixa etária entre 18 e 24 anos, o desemprego cresceu de 9,18% para 12,64% no mesmo período. Um dos efeitos dessa situação deve ser assunto frequente durante a campanha eleitoral deste ano: a violência. A falta de perspectiva e a deterioração de todos os serviços públicos (incluindo aí a educação) são uma combinação fácil para levar boa parcela da juventude brasileira à depressão, à inatividade, ao desespero da droga, à marginalidade.

Para o professor Belluzzo, ao contrário do que tentam convencer os defensores desse modelo, existia outra saída, outra forma de in-

serção no mundo: “Tanto existia que outros países, como China e Índia, conseguiram crescimento importante e bom desempenho no comércio internacional, pela transformação tecnológica e produtiva de suas economias”.

Mas o Brasil escolheu o caminho da subserviência e ficou refém de mercados financeiros que Belluzzo classifica de “despóticos”.

O espetacular fracasso dessa visão de mundo está aí – nos dados, nas estatísticas, nas ruas, nas escolas, no desamparo da população. Mas as elites ainda reagem, e tentam de toda forma prolongar e aprofundar o seu projeto. Além da propaganda milionária, apelam para o vale-tudo eleitoral, como demonstrou a iniciativa da verticalização das eleições, em contradição flagrante com a Constituição.

O vale-tudo se justifica porque 2002 será um ano decisivo para país decidir seu rumo – ou mantém este projeto e aprofunda as contradições e as desigualdades que ele provoca, ou busca outro, no qual a imensa maioria da população possa participar da construção de uma sociedade mais justa, democrática, soberana e com desenvolvimento.

A grande mamata

O espaço é pouco para listar como os dois governos Fernando Henrique foram parcimoniosos com o grande capital estrangeiro. Mas dois casos são ilustrativos e gritantes. O primeiro foi o Proer, programa de salvação do sistema financeiro que injetou nos bancos privados cerca de 21 bilhões de reais. O mesmo sistema financeiro que triplicou seu lucro, como demonstrado nesta matéria.

O outro escândalo, mais recente, destinou à Globocabo, subsidiária das organizações Globo, 1 bilhão de reais. A Globo Cabo, que nasceu fundada em financiamento

externo (entre os sócios encontra-se, por exemplo, a Microsoft) está sendo salva do naufrágio com dinheiro público do BNDES, que pertence em última instância ao povo brasileiro.

Esses fatos são mais uma demonstração de como age o atual governo. O BNDES, criado com o objetivo principal de fomentar a industrialização no país, se tornou o grande financiador do capital estrangeiro, desde 1995, quando foram inaugurados os financiamentos para empresas estrangeiras. Naquele ano, estas empresas tiveram 2,9% dos recursos liberados pelo banco. Em 2001, abocanharam 20,9%.

...E a reconstrução do país

Superar uma década de estagnação, aprofundamento da desigualdade e dependência externa exige mexer em grandes interesses que tomaram conta do país e do Estado brasileiro

Não é um desafio qualquer. Para o economista Luiz Gonzaga Belluzzo, da Unicamp, duas medidas são fundamentais: superar a dependência do financiamento externo desses mercados financeiros, que não são confiáveis, e aumentar a coordenação pública da economia. Ele alerta: “Isso mexe com interesses fortíssimos. Os mercados financeiros são despóticos, mas são míopes também – não pensam nada além do que seus interesses em curto prazo. Você não pode submeter todo o país a isso. As pessoas precisam comer, se vestir, e isso não entra no cálculo deles. Eles se movem por uma lógica auto-referencial, de risco de ganhos e perdas nos negócios. O canal produtivo, as indústrias, mesmo que se movimentem segundo interesses de rentabilidade, geram empregos, geram renda. A financeirização das instituições de produção e de investimento foi trágica para nós. Esse é o núcleo do mal, que trava o funcionamento da economia e que nos submete ao risco de crise provocada pela saída de capital, à dificuldade de rolar a dívida pública”.

Com a retomada do desenvolvimento econômico, sob outras bases, seria atacado um problema fundamental que aflige toda a população e, em especial, a juventude: o desemprego. Nos cálculos de Márcio Pochmann, secretário do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura de São Paulo, “se o Brasil crescer 6% ao ano, as vagas serão abertas de maneira mais generalizada, e os adultos mais experientes deixarão de disputar com os jovens os empregos que eram tradicionalmente de iniciantes”.

Para o deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB/SP), ex-presidente da UNE, é preciso buscar um outro tipo de desenvolvimento. A inserção ativa e soberana do país no cenário internacional, embora fundamental, é apenas pré-requisito para um modelo alternativo de desenvolvimento. Na sua opinião, “precisamos de alternativas de poder político, que possam promover rupturas com esses interesses secularmente estabelecidos, que nos fizeram permanecer em uma posição subordinada na hierarquia das nações e de divisão internacional do trabalho que se estabeleceu no século 20. Além disso, é necessário que haja a mais ampla liberdade de organização dos trabalhadores, inclusive com acesso das organizações populares aos meios de comunicação. Caso contrário, podemos até ter crescimento econômico, mas jamais desenvolvimento no verdadeiro sentido da palavra. E, para que isso ocorra, é essencial que todo o povo participe da construção desse desenvolvimento”.

Para mudar o rumo da economia, retomar o desenvolvimento sobre essas novas bases, não basta, evidentemente, mexer na política econômica. Implica em ter outras prioridades, enfrentar interesses poderosos, como os dos bancos que faturam em cima do atual modelo. Na opinião do cientista político César Benjamin, é preciso promover a democratização da sociedade em vários níveis: “É preciso democratizar a terra, que é o principal recurso natural do país. Hoje,

menos de 1% dos proprietários controla 44% da área agricultável. É preciso transformar a terra em fonte de empregos, alimentos e renda. É preciso democratizar a riqueza, aumentar a oferta de financiamento aos investimentos produtivos prioritários e ampliar o acesso ao crédito. Para defender a economia nacional, será necessário controlar a movimentação da riqueza financeira. É preciso democratizar a informação, que determina a formação de opiniões e valores, desempenhando papel central na organização social e política. E é preciso democratizar a cultura, elemento decisivo na construção da cidadania. Para tanto, é fundamental revitalizar a escola pública, estimular a criação e a difusão do saber”.

O debate durante a campanha eleitoral, que está apenas começando, terá que enfrentar essas questões. Do contrário, todos os movimentos e partidos que têm como objetivo mu-

dar o país cairão na armadilha montada por aqueles que pretendem perpetuar o atual modelo. Para o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, “tentam centrar o debate político em torno de temas como violência e segurança, ética e corrupção, esquecendo que tais pontos decorrem diretamente da execução daquele modelo econômico que fragilizou o Estado na área de segurança pública e permitiu a corrupção como instrumento de política e de enriquecimento das novas oligarquias. A insegurança e a violência são frutos da concentração de renda, da marginalidade, do desemprego, da própria violência policial, do corte das dotações públicas e da leniência com o contrabando de armas. O que interessa a eles é evitar o debate das consequências do modelo econômico”.

O que interessa aos estudantes é enfrentar de frente esse debate – e ajudar a construir um país diferente.

Alca: submissão total

Quando os franceses foram às urnas, em abril passado, eleger seu presidente – com os trágicos resultados da direita conquistar um lugar no segundo turno – muito do que estava sendo discutido na campanha já estava, na verdade, decidido. A Cúpula de Barcelona, que reuniu chefes de Estado e de governo da União Européia um mês antes tomou decisões que deixaram os futuros governantes como meros executores de políticas já traçadas. A maioria era profundamente danosa para os cidadãos: o desmonte da Previdência pública e a desregulamentação do trabalho estavam entre as principais.

É assim que funciona um bloco com as características da União Européia, e em medida mais acentuada ainda, com o que se pretende formar com a Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Este acordo, ponto de interesse

fundamental dos Estados Unidos na região, impediria completamente qualquer nação de ter política comercial, industrial ou tecnológica. Se o Estado não puder ter instrumentos para atuar sobre a economia e enfrentar as disparidades sociais e econômicas, a busca de um modelo alternativo de desenvolvimento estará definitivamente comprometida. É, na prática, a submissão total ao projeto dependente, hoje em curso.

Está em formação um grande movimento para impedir que o Brasil continue participando das negociações e venha a aderir à Alca. Em setembro, durante a semana da pátria, um plebiscito continental, em todos os países da América Latina, irá promover consultas populares sobre o tema. Dizer não à Alca será fundamental para dizer sim a um outro projeto de país, mais soberano, mais justo, mais democrático.

Golpe? Que gol

Foi tudo muito rápido. O golpe de Estado que aconteceu na Venezuela no dia 11 de abril durou 48 horas. Tempo curto, mas suficiente para o presidente Hugo Chávez Frias ser deposto e preso; seus partidários perseguidos, o Congresso Nacional foi fechado e a Constituição dissolvida. Isso foi o que todo mundo acompanhou, de um jeito ou de outro, pela imprensa. Mas afinal, quem comandou o golpe? Por que a Venezuela se transformou, de repente, no principal assunto do mundo?

Por Pedro Paulo Venceslau

Cerca de 24 horas depois do golpe que prendeu Hugo Chávez e colocou Pedro Carmona, o presidente da federação das indústrias no poder, as dezenas de milhares de pessoas que marcharam em Caracas, capital da Venezuela, contra o governo voltaram para casa. Mas as ruas continuaram repletas de manifestantes. Desta vez, tomadas por centenas de milhares de pessoas que protestavam contra o golpe e exigiam a volta do presidente.

Muita gente, inclusive grande parte da imprensa, se surpreendeu com o fato. Diferentemente do que havia sido amplamente divulgado, Chávez não estava isolado. Ele tampouco havia renunciado e contava com apoio de importantes setores das Forças Armadas.

“Muitos militares foram enganados. Ficaram confusos quando os cabeças do golpe atribuíram a Chávez a presença de franco atiradores na manifestação. O que assistimos foi uma conspiração antipatriótica, comandada por setores com interesses específicos que não ti-

nham mais eco na administração de Chávez. Os jornais ajudaram quando ampliaram o clima de caos e incitaram uma revolta”, afirma o embaixador Fred Balsan, côsul-geral da Venezuela em São Paulo.

Passados alguns dias, vieram à tona os meandros do golpe. Ficou claro que foram empresários petroquímicos e de telecomunicações, com a retaguarda de correntes do Exército e de sindicalistas ligados aos partidos da velha ordem – a Ação Democrática (AD) e Copei – que organizaram, com amplo apoio da mídia, as manifestações pela deposição.

Mais luz ainda foi lançada sobre os acontecimentos quando o *New York Times*, um dos maiores jornais dos Estados Unidos, noticiou com destaque que os mentores venezuelanos do golpe tinham assessoria constante de representantes de George Bush, o homem que aplaudiu de pronto o golpe e a prisão de Chávez. O mesmo *New York Times*, depois da volta do presidente venezuelano, perguntou a um assessor de Bush se agora reconheciam a



lpe?

legitimidade de Chávez. Resposta: “Legitimidade é algo que não é conferido apenas pela maioria dos votos”. Em outras palavras, legitimidade, para os EUA, só se for conferida pelo gabinete do Estado americano.

O FMI, que vê a Argentina caindo num buraco sem fundo e nem se abala, se apressou a ser o primeiro a reconhecer o governo (antes que, inclusive, qualquer país latino-americano se manifestasse) e a oferecer ajuda “de qualquer maneira que o novo governo julgue adequada”.

Contra a corrente

Existem muitas raízes, realmente, para o descontentamento dos Estados Unidos. Nos três anos em que o coronel pára-quadista Hugo Chávez esteve no poder, a Venezuela passou por profundas mudanças estruturais. “Chávez buscou identidade com setores populares, reconheceu o povo como protagonista do processo político e, com isso, ganhou força para derrubar velhas lideranças tradicionais”, afirma o sociólogo Felix Sanches, professor da PUC de São Paulo.

Nacionalista, o militar implementou uma série de medidas muito mal vistas pelos organismos econômicos internacionais. Impôs uma reforma agrária radical, expropriando terras improdutivas, nacionalizou o petróleo e reservou três milhas do espaço marítimo para a pesca artesanal. Uma nova Constituição foi aprovada em plebiscito e o Poder Ju-

diciário foi reformulado.

Era o fim de quarenta anos de poder de uma oligarquia escudada em dois partidos (AD e Copei) que fizeram a renda anual de 350 bilhões de dólares por ano, oriunda da maior riqueza nacional – o petróleo –, virar fumaça.

A autonomia de governo, vista pelos Estados Unidos como uma “afronta”, somada a parcerias estratégicas com Cuba e Iraque, converteram Chávez em um problema para a política de Washington para o continente latino-americano.

Defensor das idéias de Simon Bolívar, o presidente venezuelano resgata a idéia de unificação da América Latina – pelo menos no que diz respeito à junção de forças para negociar com os blocos econômicos que estão se formando no mundo. E transformou-se em uma voz incômoda contra a Alca (Área de Livre Comércio das Américas) – acordo considerado hoje vital para os interesses norte-americanos.

Com tantos interesses em jogo, não é de se estranhar que o governo dos Estados Unidos tenha se apressado em decretar o “fim” do problema que Chávez representa. Mesmo que a “solução” tenha sido tentada por velhos métodos, já conhecidos pelos povos da América Latina. Só que dessa vez a idéia – de um país livre, mais justo e menos desigual – foi mais forte que o dinheiro, a conspiração e as armas. Uma boa lição para a América Latina.

Shalom Salam Paz

A saudação na língua dos árabes e dos judeus tem o mesmo significado – paz. Mas a harmonia foi perdida há mais de cinquenta anos. O massacre do povo palestino hoje em curso faz dessa saudação mais do que uma palavra – é uma necessidade

Por Gisela Mendonça

As imagens que ilustram essa matéria dão a exata dimensão do que acontece hoje no Oriente Médio. Não se trata de uma guerra, pois uma guerra pressupõe bipolaridade, exército contra exército. O que acontece hoje é que Israel, um Estado constituído, com o quarto exército do mundo, apoio milionário dos Estados Unidos, investe contra os palestinos – um povo sem direito a Estado, sem direito a território, sem exército.

Ao contrário do que reza o senso comum – ou a idéia constantemente bombardeada pela maioria dos meios de comunicação – não existe uma “inimizade histórica” entre judeus e palestinos, ou entre judeus e árabes. Os palestinos constituem um povo, uma nacionalidade, e entre eles existem judeus, mulçumanos, cristãos, ateus, budistas e qualquer outra religião que o palestino resolver professar.

Com a palavra, o professor Mohamed Habib, da Coordenadoria de Relações Institucionais e Internacionais da Unicamp: “Sou de origem egípcia e vivi no Egito 31 anos, em uma cidade chamada Porto Said. Morava num prédio modesto de três andares, onde viviam três famílias – uma cristã, uma judia e a minha, mulçumana. Nós, crianças, brincávamos e comíamos em qualquer dos



andares. Nunca sentíamos diferenças entre nós, apesar de espiritualidades diferentes, porém totalmente harmônicas. Isso dá idéia de que essa harmonia foi destruída de forma deliberada.”

As origens do conflito de hoje não estão no Antigo Testamento, e sim em interesses geopolíticos profundos, que fizeram da Palestina um país dividido, destruído e destituído de direitos.

Território usurpado

A história desse conflito tem um marco decisivo. Em 1947, a Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou a criação do Estado de Israel no território palestino. A Palestina era, então, um país ocupado pelos

britânicos. Segundo explica o professor Mohamed Habib, na década de 30 iniciou-se um trabalho clandestino para criar uma organização nacional militar judaica dentro da Palestina, que viria a ser o embrião do exército israelense: “Essa organização infernizava a vida dos palestinos e em abril de 1948 fez o primeiro massacre coletivo. A Palestina era um país ocupado, não tinha exército próprio. No mês seguinte, a comunidade judaica palestina decretou a fundação do Estado de Israel. Um dia depois, os britânicos anunciam sua retirada do território palestino. Em todo esse processo, ninguém levou em conta os árabes, ou os palestinos. Quem gostaria de ver seu país invadido e dividido?”



Desde então, os israelenses passaram a ser donos do seu jovem país, enquanto palestinos foram e continuam sendo massacrados e expulsos da sua própria pátria. Perderam sua independência, o direito de ir e vir, sua autodeterminação, perderam a paz.

Nessa época, aconteceu a primeira grande guerra na região. Os palestinos pediram socorro aos países árabes, que se juntaram e mandaram 25 mil soldados, sem qualquer organização ou comando comum para enfrentar os 70 mil homens do exército fortemente equipado de Israel. O resultado, previsível, foi a vitória israelense e a consolidação do Estado de Israel e da ocupação palestina. Em 1967, Israel já tinha dominado 78% do território palestino. Os 22% restantes, mantidos com os palestinos, correspondiam a duas áreas: a Faixa de Gaza e a Cisjordânia. O professor Mohamed lembra que “eram, e continuam sendo, regiões sem infraestrutura nem condições de vida, cada vez mais miseráveis. Mas Israel não se deu por satisfeito. Continuou ocupando militarmente esses territórios, com o que chamam de assentamentos”.

A ONU já aprovou mais de quarenta resoluções exigindo a retirada israelense da Faixa de Gaza e Cisjordânia. Nenhuma delas foi obedecida. Os assentamentos foram pulverizados por todo o território palestino. Entre eles, construíram-se estradas. Tanto os assentamentos quanto as estradas são consideradas territórios israelenses e os palestinos têm entrada proibida. Para passar por ali, devem passar por “pontos de checagem” do exército, o que deixa o povo palestino sem direito de ir e vir.

Pavio aceso

Nessa situação trágica, o que faltava para acender o pavio da violência extrema era a eleição de Ariel Sharon – representante da extrema direita israelense, declaradamente contra a existência de um Estado palestino. Desde que assumiu, todos os esforços de paz que vinham sendo negociados foram por água abaixo.

O pavio pegou fogo quando o governo americano decretou a “caça aos terroristas”, onde quer que eles estejam. Sharon empreendeu, então, sua caçada particular a qualquer jovem palestino que demons-

trasse qualquer resistência à ocupação do seu país – e até às crianças, consideradas “terroristas em potencial”. Os “terroristas em potencial” são os adolescentes que aparecem com pedras na mão, atirando contra os tanques israelenses de última geração. Com armas, munição, equipamentos e grandes doações americanas é financiado o massacre dos palestinos.

Na própria sociedade israelense, cresce a resistência à atitude belicista do governo. Um importante movimento de jovens soldados se nega a lutar contra os palestinos ou destruir suas casas. A segurança interna de Israel, grande propaganda de Sharon, fica cada dia mais longe. Desde que começou a nova Intifada, como é chamada a revolta palestina, multiplicam-se as mortes entre os civis israelenses. É uma situação limite.

A saída da paz

“Sharon é contra o processo de paz e faz de tudo para inviabilizá-lo. Ele quer eliminar a Autoridade Palestina e Arafat a qualquer custo. Só que ele vem conseguindo o contrário. Todo campo palestino se uniu em torno do Arafat, que antes não era uma unanimidade interna”, explica Luís Fernandes, do departamento de relações internacionais da PUC-RJ.

É possível uma saída para essa situação? Para Luís Fernandes, “não há solução militar para o conflito, a única saída é uma paz negociada, um reconhecimento mútuo dos territórios. Enfim, a troca de pedaços de terra pela paz”. O professor Mohamed concorda: “Se houver vontade política, em uma semana de negociação chega-se a um acordo. A Palestina reconhece o Estado de Israel, e Israel deve reconhecer o direito de os palestinos constituírem seu Estado. Basta obedecer as resoluções da ONU, e aceitar a proposta de paz feita pelo príncipe da Arábia Saudita, que prevê a retirada dos assentamentos da Cisjordânia e da Faixa de Gaza”.

É essa a saída para recuperar a harmonia e a paz perdidas naquele prédio pequeno, em Porto Said, onde vivia o professor Mohamed quando criança.

Por trás das marcas

A jornalista canadense Naomi Klein estava visivelmente desconfortável com o assédio de seus colegas de profissão, logo após um dos debates que participou durante o 2º Fórum Social Mundial. Alegando cansaço, tentou fugir das entrevistas. Mas logo se rendeu à avalanche de perguntas, feitas sempre em inglês carregado de fortes sotaques – que não raro denunciavam a nacionalidade dos jornalistas. E respondeu a todos, um a um, com paciência e sempre sorrindo. A situação é perfeitamente explicável. Naomi foi alçada à condição de celebridade mundial depois que publicou o livro *Sem Logo – A tirania das marcas em um planeta vendido*. Lançado logo após as primeiras grandes manifestações antiglobalização, em Seattle, nos Estados Unidos, o livro foi considerado a “Bíblia do movimento” – já que mostra o que há por trás das grandes campanhas de marketing das megacorporações. Um exemplo? Só o cachê de Michael Jordan para estrelar a propaganda para o lançamento de um tênis da Nike foi maior do que os salários que a empresa pagou para os mais de 30 mil trabalhadores indonésios que fabricaram do tênis. Foi durante esta coletiva, depois de uma longa espera, que *Movimento* conversou com a jornalista canadense.

Por Luciana Bento

Você acha que os movimentos antiglobalização neoliberal ficaram enfraquecidos depois dos atentados ao World Trade Center, em Nova York?

Eu estou certa que não, e Porto Alegre e Nova York (onde aconteciam o Fórum Social e o Fórum Econômico Mundial, respectivamente), com dezenas de milhares de pessoas nas ruas, provam isto. O movimento está crescendo, existem milhares de pessoas que querem es-

colher outros caminhos e não apenas os que estão sendo oferecidos. Elas sabem que existem mais alternativas e estão buscando isto. Por isso estes movimentos são mais necessários do que nunca e, felizmente, o apelo que estão tendo na sociedade e na juventude também são muito grandes. No entanto acho que, com este crescimento, o movimento tem mudado – o que não deixa de ser muito natural. As pessoas se organizam de forma diferente, dependendo do lugar em que



estão. Temos que respeitar isto e buscar uma plataforma mínima comum, através de debates reais e não do discurso pró-forma.

Que caminhos você acha que os movimentos precisam seguir a partir de agora?

Não existe apenas um tipo de militância, que seja o modelo correto. O sistema age em toda parte, corrompe todos os setores. O problema é muito difícil e complexo. Não podemos restringir nossa militância à questão econômica, apesar de ela estar cada vez mais obscena.

Qual o próximo passo para fazer com que os movimentos anti-globalização tornem-se mais fortes?

Precisamos reproduzir as ações de Seattle e Gênova em todas as reuniões de autoridades e líderes mundiais para discutir os planos comerciais e políticos que serão impostos ao mundo. Sou favorável a estas ações diretas. Mas elas também devem estar profundamente conectadas às reais necessidades das pessoas: saúde pública, casa, direito à água, eletricidade, democracia.

Seu livro (*No Logo*, Editora Record, 544 páginas, 50 reais) acaba de ser lançado no Brasil. Qual sua expectativa em relação a ele?

Não tenho a menor idéia de como o livro será recebido por aqui. Eu espero que as pessoas gostem, mas eu realmente o fiz mais numa perspectiva norteamericana, com os olhos na América do Norte. Eu não esperava falar com os jovens brasileiros através deste livro quando o escrevi. Mas eu acho que o livro traz muitas informações, de diferentes origens, que podem municiar a luta destas pessoas no dia-a-dia.

Os meios de comunicação criticam os que estão reunidos no Fórum Social Mundial, dizendo que estamos fechados para o debate, que não queremos conversar com os líderes que estão participando do Fórum Econômico Mundial, em Nova York. O que você acha disto?

Acho que precisamos abrir muitos debates e ampliar o espaço para as novas idéias e propostas. E isto precisa acontecer em qualquer hora, em qualquer lugar. Mas foram eles que fecharam as portas para o debate. Dizem que é muito fácil juntar uma porção de gente em Porto Alegre, que se diz representando o outro lado. Assim eles tentam dizer que não somos tão representativos quanto eles. Isto não está OK. Temos força, precisamos e queremos o debate e as negociações. Mas queremos que eles sejam feitos em pé de igualdade e não como pequenas concessões que eles fazem para mostrar que estão abertos.

Mas existem diferentes situações, onde muitas vezes é preciso negociar, como no caso de sindicatos e movimentos específicos, onde você se organiza e abre o debate com seus patrões e consegue vitórias pontuais. Isto é importante.

As Américas estão passando pelas negociações para a criação de uma área de livre comércio, a Alca. O que você acha disto?

Eu acredito que a proposta de uma consulta popular para saber se as pessoas são contra ou a favor da Alca é necessária e muito útil para construir a solidariedade entre os países envolvidos. Os movimentos progressistas dos Estados Unidos, onde já temos um acordo com o México, o Nafta, precisam analisar o que foi feito durante os oito anos em que ele esteve em vigor. Precisamos checar se as promessas foram cumpridas. A verdade é que não se pode prosseguir com a Alca. As pessoas ainda não entendem o que ela significa, nem sabemos os resultados do Nafta. Temos que buscar tudo isto para ter parâmetros de análise e para esclarecer a população sobre o que a Alca significa.

E estas discussões podem ajudar na organização dos movimentos que se opõem à proposta da Alca como ela tem sido encaminhada?

Acho que este é o aspecto mais importante da campanha pelo plebiscito: incrementar a educação e a participação popular.



Tá tudo dominac



Mendonça

do



O grande negócio usurpou o futebol das alegrias dos brasileiros. O grande negócio quer deixar caminho livre para o completo esmagamento do cinema nacional, dominado pela cena hollywoodiana. Mas ainda existem palavras contra a dominação total

“Foi o mundo da cultura que primeiro aceitou o desafio de mudar. De criar um outro Brasil. Sem pobreza e sem a arrogância dos ricos, sem miséria definitivamente. É pela brecha da cultura que poderemos dar o salto do reencontro do país com sua cara. Um Brasil totalmente simples, mas radicalmente humano. O que importa é alimentar gente, educar gente, empregar gente. E descobrir e reinventar gente é a grande obra da cultura.”
(Herbert de Souza)

Por uma cultura democrática

A calorada da UNE no início deste ano teve como tema a paz. Durante duas semanas, shows e peças de teatro reuniram milhares de estudantes em São Paulo. Mais do que entretenimento, estava ali um espaço para os novos talentos, para a diversidade rica e tantas vezes abafada da cultura brasileira. Um dos pontos altos foi o lançamento de um manifesto, escrito e lido pelo ator Sergio Mamberti, pela paz e por uma cultura democrática. É esse documento, belo e poético como seu criador, que reproduzimos a seguir

A primeira imagem que aparece quando penso em cultura é a da resistência. Num país como o nosso, historicamente com uma experiência autoritária tão longa, me parece natural que qualquer cidadão que se preocupe com a questão cultural se defronte de imediato com a consciência dos obstáculos que terá que enfrentar.

Nos últimos quarenta anos pelo menos, todos os que estiveram realmente empenhados e comprometidos nessa busca participaram de uma forma ou de outra na luta pela construção de uma sociedade democrática. É bem verdade que essa história não é nova. Os artistas brasileiros sempre estiveram nos palanques e sempre lutaram por idéias libertárias no decurso de nossa história. O que mudou na realidade foi a consciência dos artistas quanto ao seu modo de fazer política e, principalmente, quanto ao conteúdo democrático dessa política que se quer fazer. Daí se poder dizer que a forma superior de fazer política democrática no Brasil de hoje se dá através da cultura, que articula todas as dimensões da vida de todos nós.

Cultura é o modo pelo qual os homens criam símbolos, valores, práticas, comportamentos e sentidos. É no plano cultural que se encontra a possibilidade maior de superação da barbárie e da conceituação de uma outra ordem democrática, justa e pluralista entre nós.

A questão cultural, porém, é complexa, exigindo permanente esforço de análise e reflexão. É fundamental o fomento e a criação de espaços democráticos para sua discussão, com a presença efetiva de todos os atores sociais e culturais envolvidos diretamente no processo. Redefinir formas de convívio social, explodir as matrizes do pensamento excludente e embrutecedor que sedimenta o secular pacto das elites no Brasil, garantir direitos constitucionais

já existentes, criar novos direitos e eliminar privilégios. São esses os compromissos essenciais para uma gestão democrática de cultura, assumindo o cidadão como prioridade.

Refundar as bases de relações de troca e criação, provocá-las, dar-lhes condições de existência concreta. Contra a implantação de programas unilaterais de cultura, propomos dar caminho à produção cultural do cidadão em toda as suas formas, em todo o país, sem confundi-la com práticas corporativistas. Redescobrir o sentido da ação coletiva, o sentimento do pertencimento e da participação. Na disseminação das artes e na garantia do acesso de todos aos bens culturais das mais diversas origens, bem como no resgate de fisionomias e identidades históricas negadas pela ação manipulatória, estão os alicerces de opções capazes de responder aos enormes desafios políticos, econômicos e tecnológicos com que nos defrontamos neste início do século 21.

A urgente realização deste conceito de cultura não pode mais ser confiada, como vem acontecendo, exclusivamente às conveniências de mercado, no momento em que a ótica econômica se sobrepõe a todos os demais valores. A rapidez e a agressividade da globalização impõem aos países periféricos o afastamento de suas referências culturais, desrespeitando a singularidade da expressão de cada povo e levando à diluição de suas culturas genuínas. Povos, países, cidadãos têm direito à liberdade de expressão.

“O surgimento da sociedade de comunicação generalizada, a mundialização da economia, as transformações políticas e a tensão atual entre a integração do mundo e a desintegração das nações – bem como o emprego maciço das tecnologias da informação e o aumento da produtividade sem criação de empregos que caracterizam as

sociedades contemporâneas – são portadores de transformações sem precedentes, que exigem uma revisão radical das políticas clássicas do desenvolvimento da cultura, da educação e da formação.

Por outro lado, a cultura da paz, da democracia e dos direitos humanos constitui um todo evidentemente indivisível, assim como os direitos civis e políticos e os direitos econômicos, sociais e culturais. Se hoje o tema da democracia é de importância central, é porque apenas no diálogo democrático é que se podem produzir sínteses originais e diversas entre a modernidade e as culturas para chegar a estabelecer novos modelos de desenvolvimento e novas políticas culturais. A cultura, portanto, é também para cada pessoa o meio de escolher; de rechaçar toda servidão e de preferir a reflexão ao reflexo”, como preconiza Javier Pérez de Cuellar.

A sociedade tem como imperativo zelar pelo seu desenvolvimento cultural. O debate da questão tem, por si só, uma função transformadora. Não há progresso material, não existem conquistas efetivas, não há verdadeira liberdade sem a evolução do espírito imanente ao conceito de cultura, compreendido como única forma, diante da crise social e política que enfrentamos hoje, de se construir um novo projeto de País e de Nação, que leve em conta o respeito à diversidade e à diferença, deslocando a cultura para o centro do conceito de desenvolvimento sustentável, humano e solidário.

Por outro lado, é dever do Estado, garantido na Constituição, dispor de recursos financeiros para o fomento e a implantação de políticas públicas capazes de incrementar o acesso à criação e à fruição dos bens culturais, o direito à informação, convertendo a cultura no veículo mais eficaz de inclusão social. É fundamental transformá-la em direito à Cidadania Cultural.

Sergio Mamberti, fevereiro de 2002

Cinema brasileiro: uma era de **incertezas**

Por Vladimir Carvalho*

Entre o tacão do grande capital internacional e os panos mornos do governo, que sempre amarela nestas ocasiões, se debate, sufocado, o nosso cinema

São imponderáveis os caminhos do cinema brasileiro. Desde a sua “fundação”, oscila trepidante num compasso binário que o produtor Luís Carlos Barreto, se não me falha a memória, classificou como “períodos de euforia e períodos de depressão”. Isso traduzia, como sabemos, os momentos de nossa cinematografia em que, numa luta já secular para se afirmar, ora alcança vitórias parciais significativas (como, por exemplo, superar nas bilheterias os filmes da chamada produção estrangeira, leia-se americana), ora despenca em quedas vertiginosas – muito menos por seus desacertos do que pela omissão de governos, quando não pela sua incompreensível agressão, como no caso da gestão Collor. Este devastou até o osso uma organização (Embrafilme, Concine, Fundação do Cinema Brasileiro) que se consolidava e dava provas da nossa capacidade de produzir e da aceitação do público.

Parte dos anos 90 foi de dura reconstrução, pedra sobre pedra, com uma len-

ta, paulatina, mas perseverante recuperação de uma mínima porção do espaço perdido. Nós, que tínhamos alcançado a casa dos quase cento e trinta filmes por ano, recomeçamos timidamente com pacotes de cinco, seis filmes, até o auspicioso estouro de *Carlota Joaquina*, de Carla Camurati. Em seguida, a entrada em cena dos filmes de Walter Salles e de *O Quatrilho*, da família Barreto, junto com o esforço de “independentes” ao sul e ao norte, assinalou definitivamente a retomada.

A falta de um projeto nacional

Isso já é história, pontilhada de trancos e turbulência, de altos e baixos naturais numa cinematografia periférica, num país amplamente ocupado pelo produto estrangeiro, desde a televisão às salas de cinema propriamente ditas. Aí reside o óbvio e reiterado nó da questão: não dispomos do nosso mercado. Os realizadores e produtores têm feito a sua parte; já atingimos – pode-se dizer, rapidamente – um número razoável de



filmes a partir do ponto zero da retomada (por volta de trinta e cinco filmes anualmente), porém a coisa não tem engrenado à míngua de uma ação clara e decidida do governo para além dos instrumentos legais vigentes, mas sobretudo pela ausência de um projeto maior, abrangente e até interministerial. Um projeto nacional, enfim. Que garanta de forma permanente o funcionamento de produção, distribuição e exibição dos nossos filmes. Os governos respaldaram até certo ponto as iniciativas dos cineastas, promulgando leis, com a Rouanet e a do Audiovisual, que, mesmo imperfeitas, trouxeram benefícios ao cinema através da renúncia fiscal, colocando na roda uma parte mínima do empresariado que também se beneficia do sistema adotado.

Mas cedo vimos, no entanto, como eram falhas essas leis, levando a distorções que excluía uns e premiavam outros, como foi o caso desmoralizante do projeto *Chatô*, do ator Guilherme Fontes, que só agora parece encontrar o caminho para a sua consumação, mediante a autorização para mais captação de recursos, que, somados aos anteriores, chegam ao assombroso montante de 12 milhões de reais. O suficiente para pôr em movimento um programa de fomento que poderia ensejar, por baixo, a realização de oito filmes de custo médio, mais convenientes às características que marcaram a evolução da cinematografia nacional.

Agora se discute e se exige a compatibilização das leis com a nossa

realidade de mercado, disciplinando a captação, atendendo às tendências mais produtivas, estabelecendo-se tetos e criando-se condições para, de novo, enfrentarmos a competição com a produção que vem de fora do país. No centro de tudo, ao comando do “bravo guerreiro” Gustavo Dahl, a incipiente Ancine (Agência Nacional de Cinema), fruto da mobilização da classe, que forçou a criação do Gedic (Grupo Executivo para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica), o qual tornou possível a medida provisória que levou à Ancine. Essa mesma MP garante o funcionamento de um Fundo de Cotas de Financiamento, um Programa de Desenvolvimento do Cinema (Prodecine) e ainda, entre outras providências, uma taxa de contribuição para a indústria cinematográfica (Condecine).

Mais um round contra o capital estrangeiro

Mas nem tudo são flores nos arcaiais do cinema nacional. Essa taxa tão providencial já existia há quase trinta anos e sempre foi mal e porcamente respeitada. E aí é onde novamente o bicho pega: vamos para um novo embate (no fundo o mesmo) e enfrentar mais um round com o poderoso capital estrangeiro. A cobrança da Condecine incide, nada mais justo, sobre o faturamento e remessa de lucros das multinacionais que atuam no Brasil. Entre elas, as tentaculares Metro, Paramount, Fox, Warner e Universal que, mal acostumadas na vampirização

do nosso mercado (cerca de 98% do total), onde deitam e rolam, pularam indignadas e entraram, com toda a aparelhagem que dispõem, na Justiça Federal contra a medida provisória e Estado brasileiro.

Podemos imaginar a dimensão de uma batalha como essa, tanto do ponto de vista jurídico como político. Entre o tacão do grande capital internacional e os panos mornos do governo, que sempre amarela nestas ocasiões, se debate, sufocado, o cinema brasileiro. É hora crucial, pois, de juntarmos todas as forças para defendermos as bases de implementação de nosso audiovisual, numa corrente desde os ministérios, como o Minc, às associações e sindicatos de produtores, técnicos e artistas, sem as dissensões que transitoriamente nos dividem, até o apoio popular, de estudantes, intelectuais e setores médios da população mais ligados às lutas e questões políticas e culturais. Sem falar, claro, no Congresso Nacional – de onde têm emanado as leis de proteção à atividade cinematográfica. Caso contrário, pode acontecer o que alertou o cineasta argentino Fernando Solanas no último Fórum Social Mundial, em Porto Alegre: “Quebram a nossa espinha e arrasam com a nossa soberania”.

** Cineasta e documentarista, autor, entre outros, dos filmes O País de São Saruê, Conterrâneos Velhos de Guerra e Barra 68.*



O artista da palavra

Arnaldo Antunes transita pela música, pela poesia, pelas artes plásticas. Compõe músicas para o grupo Corpo dançar com a mesma maestria que escreve Palavra Desordem, "livro de frases" lançado em abril. Em todas essas incursões, é a palavra sua matéria-prima. Com vocês, as palavras de Arnaldo Antunes sobre a música, a criação, a educação e o país

Por Luciana Bento e Gabriela Moulin

Você cria com muitas pessoas, tem parcerias em música e outras áreas. Como é a criação coletiva, para você?

Eu trabalho muito em conjunto, principalmente na música, onde mais acontecem parcerias, seja nas composições, seja participando de músicas de outras pessoas, de shows. E isso é uma coisa muito própria do Brasil; e também muito própria da música popular, porque não acontece muito nas artes plásticas, nem na literatura, nem em outras áreas da criação. Eu não sei a que se deve isso, talvez a algumas conjunções que mobilizavam várias pessoas, como, por exemplo, foi a bossa nova, a tropicália, o rock dos anos 80, a jovem guarda... No meu caso, eu gosto de compor em parceria, tem um exercício de adequação à linguagem de outra pessoa que é excitante, que é instigante, que me faz fazer coisas que não faria sozinho. De certa forma eu cresço criativamente.

Você falou de composições, mas já fez música para o grupo Corpo, o filme Bicho de Sete Cabeças, fez parcerias com o Tunga...

Na música existem outros códigos. Na verdade, não me sinto muito

especializado, nem em música, nem em poesia, ou em linguagem gráfica. Eu acabo trabalhando em música com linguagens diferentes, e isso até facilita a forma como eu vejo esse tipo de diálogo. Fazer música pra dança, por exemplo, era uma coisa totalmente nova. Saber que aquilo ia ser dançado por uma companhia, e com a responsabilidade de ser o Corpo, que tem um trabalho eu já acompanhava e admirava há muito tempo, tudo foi um exercício criativo novo, instigante. Mas eu vejo isso com muita naturalidade, acho que é um sintoma da época que a gente vive, o trânsito entre as linguagens está cada vez mais fluente.

Esse excesso, esse bombardeio de informações, que também é uma característica do nosso tempo, te incomoda?

Acho que cada vez mais a gente é obrigado a criar parâmetros para selecionar a informação que realmente interessa. Eu sinto muita falta disso, por exemplo, na imprensa diária, nas críticas do jornal, ou mesmo na televisão. As pessoas que estão começando a se formar e a se informar têm que desenvolver mecanismos de seleção, pra não

ficar muito tempo perdido neste mar avassalador de informações que está varrendo a gente.

Além da música, quais são as outras áreas com que você mais se identifica?

Eu gosto de muita coisa, produzo em várias áreas. Trabalho com música, faço livros de poesias, estou lançando um livro novo, o *Palavra Desordem*. Trabalho com vídeo, com algumas coisas de poesia visual que envolvem às vezes artes plásticas, com linguagem gráfica. Na verdade, existe um território comum em tudo que eu faço, que é o trabalho com a palavra em si. Seja a palavra cantada, seja a palavra publicada nos livros, seja a palavra com algum outro elemento visual que dê uma outra significação para ela.

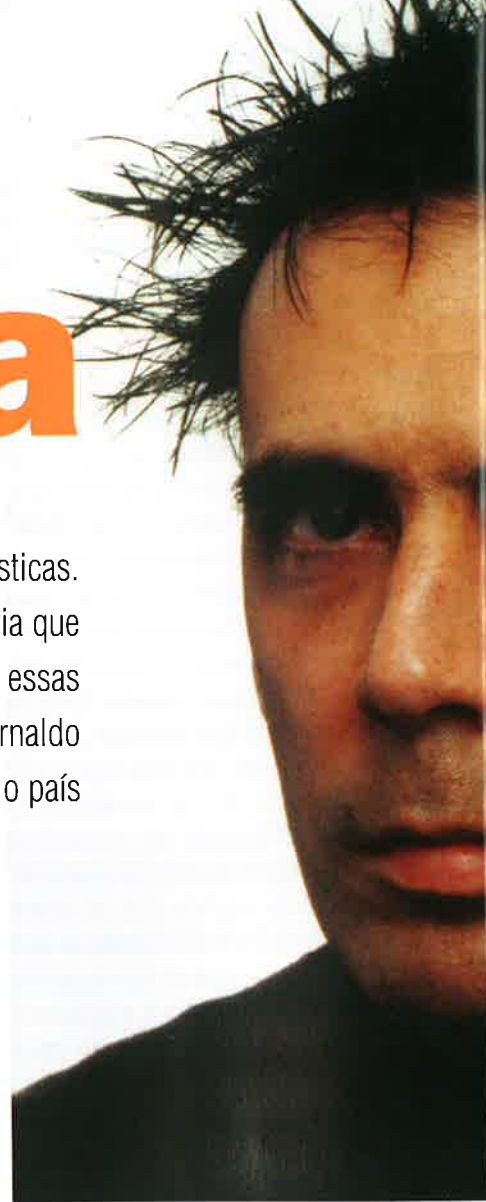




Foto: Divulgação

já me interessava por literatura.

O primeiro grupo em que você tocou foi Titãs?

Não, foi a Banda Performática, com o José Roberto Aguillar. Gravamos um disco no começo dos anos 80.

Como foram os anos 80, o sucesso pegou vocês de surpresa?

Não pegou de surpresa, muito pelo contrário. A gente batalhou muito. Ficamos dois anos só fazendo shows, de 82 a 84, sem gravar discos, mandando fitas demos para as gravadoras. Quando chegou o sucesso com *Sonífera Ilha*, com o primeiro disco, já era muito esperado. Na época eu fazia faculdade, de Letras, e a gente fazia shows em universidades.

E hoje, como é sua relação com a mídia, a atitude das rádios, você está satisfeito?

Desde que eu saí dos Titãs foi como um recomeço de carreira. Meu trabalho vem crescendo a cada disco, estou batalhando para ter uma carreira autoral, desenvolvendo um trabalho de longo prazo, para ter uma carreira sólida. Eu só sou insatisfeito com as rádios, não só em relação ao meu trabalho. Os artistas novos têm muita dificuldade de acesso aos veículos de comunicação de massa, rádio e televisão. É um território que tem que ser mais democrático, os artistas têm que batalhar para que seja um canal mais livre destas estruturas todas financeiras, de jabá, de armações da indústria fonográfica, de modas que são substituídas no ano seguinte por outras sem que ninguém se lembre daquilo que aconteceu. Temos que se apostar nos talentos genuínos, para que possa se apresentar toda a variedade da música produzida no Brasil.

Falando nessa necessidade de espaços, a UNE está criando um circuito universitário...

Isto é uma coisa importante de ser dita. Existiam no Brasil muitos shows em universidades, e também em escolas, nos anos 70. Parou um pouco nos anos 80 e agora vem voltando, mas acho que ainda é pouco. Muitos artistas cresceram nesse meio, a universidade tinha uma importância para a cultura maior do que

tem hoje. É um circuito que merece ser retomado. Afinal de contas, é o público mais legal, são os jovens, os estudantes, onde sempre a receptividade é muito calorosa. E também é uma via de acesso, com ingressos mais baratos. E mil idéias podem ser feitas, como exposições de artes plásticas ao ar livre, por exemplo. É um território alternativo de criação e recepção de cultura muito rico.

Na universidade, muita gente vai deixando de lado o conhecimento mais teórico, a leitura, ou até a cultura, a convivência com as pessoas. Como você vê isso?

Acho que é fruto de um descaso com a educação no Brasil, e a gente está pagando o preço por isso. Não só na universidade, estou falando de educação desde o primário. Se a gente pensa em qualquer alternativa de um país melhor, mais justo, menos violento, isso passa pela educação.

Falando do Brasil, como você vê essa situação de hoje, este ano tem eleições...

Acho que o Brasil está reinventando a democracia, nesse período depois da ditadura, que é muito rico em aprendizagem. Mais do que nunca estão aparecendo os escândalos de corrupção, que a gente sabe que vêm de muito tempo atrás e que foram crescendo a tal ponto que chega uma hora que tem que aparecer, tem que moralizar. Eu sou otimista em relação ao Brasil, acho que esta estabilidade econômica é uma conquista muito importante, mas fica devendo muito ainda do lado social. A questão da desigualdade da distribuição de renda é muito grande, tem raízes muito profundas. Uma série de problemas – como violência, miséria, de falta das condições mínimas para sobrevivência e cidadania das pessoas – só vão ser resolvidos num prazo um pouco largo. Eu sou otimista, mas acho que cada pessoa tem que querer que o Brasil melhore. Votei no Lula nas duas últimas eleições, devo votar de novo, apesar de não fechar totalmente com todas as diretrizes do PT. Estamos caminhando para uma melhora, mas tem muita coisa a ser feita ainda, principalmente nas áreas sociais.

Por quê? Foi um caminho natural?

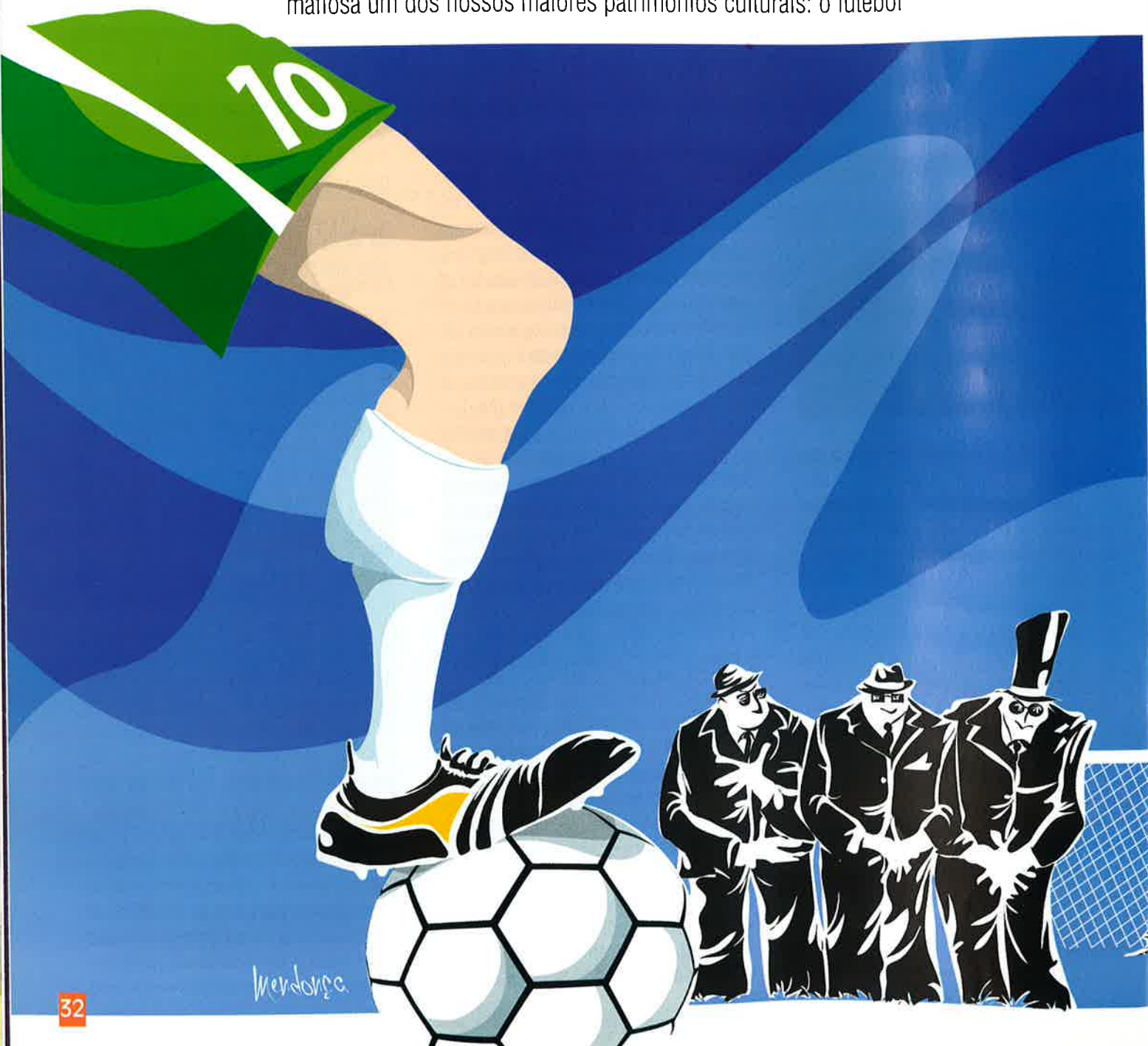
Vem desde que eu me entendo por criador. Quando eu fiz as primeiras coisas já tinha um pouco desse gosto pelo aspecto lúdico com a linguagem, esse aspecto intersemiótico, mais de traduzir uma coisa de um código para outro. É o aspecto, talvez, subversivo da linguagem mais tradicional, da sintaxe mais tradicional.

Quando você teve o seu primeiro trabalho profissional de música, como foi o começo?

Foi meio junto. Na época que eu comecei a escrever, tinha aula de violão; ainda não compunha, mas estudava na classe do Paulo Miklos, a maioria dos Titãs estudava no mesmo colégio. As primeiras parcerias eu fiz com o Paulo, mas já escrevia poemas,

A máfia de chuteiras

Felipão, Romário, Ronaldinho e Luxemburgo não são os únicos culpados pelo interminável inferno astral da nossa Seleção. A raiz da crise está nas oligarquias que dirigem de forma mafiosa um dos nossos maiores patrimônios culturais: o futebol



O futebol é a paixão nacional. Já foi tema de livros memoráveis, como os contos reunidos de Nelson Rodrigues, *A Pátria de Chuteiras*. Foi imortalizado em músicas de grandes compositores, como Chico Buarque. E foi, principalmente, motivo de alegrias e emoções indescritíveis para a maioria dos brasileiros.

Mas nem parece que faltam apenas dois meses para a Copa do Mundo do Japão. Em outros tempos, as janelas das casas já estariam repletas de bandeiras verde-amarelas, as ruas enfeitadas e os jingles otimistas, exaltando os atletas, na boca do povo. Bons tempos. Desde bem antes de 1994, quando ganhamos o caneco pela última vez, nos pênaltis, em uma partida contra a Itália, só se fala em Copa do Mundo em tom de lamentação. Ou de questionamento. De quem é a culpa pelo interminável inferno astral da nossa esquadra? Do Joelinho sempre machucado do Ronaldinho? Da cabeça dura do Felipão, que não convoca o Romário? Do esquema tático confuso do Leão? Das peripécias extracampo do Luxemburgo? Tudo isso, é claro, contribui. O problema, entretanto, é muito mais complexo. E antigo.

Um grande negócio

Nas últimas décadas, o futebol, no mundo inteiro, passou por um acelerado processo de profissionalização. Ou melhor, de mercantilização. O esporte mais popular do planeta se transformou em um grande negócio. Movimenta cerca de 250 bilhões de dólares por ano, segundo levantamento feito, desde a Copa passada, pelo professor Maurício Murad, do

Núcleo de Estudos sobre Futebol, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Uma fábula de dinheiro, administrada por um seleto número de empresários gananciosos, com grande influência política. O

Brasil não foge à regra. Pelo contrário. Nossos dirigentes, chamados por aqui de

cartolas, operam como uma verdadeira máfia e são alvos constantes de escândalos públicos. "A cartolagem conta com uma legislação que os protege. Praticamente não existe como fiscalizar e punir os dirigentes corruptos, já que as Federações funcionam como entidades privadas, sem vínculos com o governo", afirma o comentarista esportivo José Trajano, diretor da ESPN Brasil.

A força dessa máfia ficou evidente e ganhou os holofotes da mídia em 1999, quando o Congresso Nacional conseguiu, depois de uma intensa luta política nos bastidores, instalar duas Comissões Parlamentares de Inquérito para investigar a CBF, entidade máxima do futebol brasileiro e sua obscura relação com a multinacional Nike, que tem, por contrato, influência direta na escalação da Seleção. "A CBF administra parte do patrimônio cultural brasileiro. Deve, portanto, respeitar os princípios fundamentais da soberania e da identidade nacional. Esses princípios foram violados, quando cláusulas contratuais deram à Nike o direito de organizar os jogos e escolher outros times para amistosos", afirmou deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB/SP), no requerimento que fez ao presidente do Congresso, antes de ser indicado presidente de uma das CPIs.

As comissões foram muito bem recebidas pela opinião pública, apesar da resistência da chamada "bancada da bola", uma frente de parlamentares formada por deputados e senadores patrocinados pelos cartolas. As duas CPIs levaram o governo a produzir um projeto de medida provisória que prevê a intervenção na atual direção da CBF para estancar os desmandos. Pudera. Entre outras acusações, o presidente da CBF, Ricardo Teixeira, foi indiciado por evasão de divisas, sonegação de impostos e lavagem de dinheiro durante os doze anos que comandou a entidade. "Talvez isso não esteja muito claro ainda, mas o futebol brasileiro não será mais o mesmo da CPI do futebol. Nós produzimos um relatório com mais de 800 páginas, carregadas de informações, que detonou o esquema de corrupção", afirma o deputado Aldo Rebelo.

Esquema para poucos

O processo de mercantilização selvagem e oligarquização da classe dirigente do futebol brasileiro acompanhou o ritmo de outro processo: o crescimento acelerado das regiões urbanas. Em 1950, quando o Brasil perdeu a Copa para o Uruguai, no Maracanã, apenas 36% da população viviam em zonas urbanas. Em 1970, último ano em que a seleção encantou multidões, segundo o pesquisador, jornalista e escritor João Pedro Martins, o país já contava com 56% de sua população vivendo em cidades. Em 1991, esse número saltou para 76%. "Com o crescimento desordenado, os campinhos de terra foram desaparecendo e o futebol passou a ser praticado em clubes e escolinhas. Dessa forma, o controle comercial sobre o futebol nesses espaços tornou-se muito mais viável. A religião futebolística, por sua vez, também se concentrou nos clubes, pois os novos moradores urbanos, ao deixarem a zona rural, projetaram nos times um instrumento de identidade e paixão", explicou Martins, em artigo publicado recentemente pelo portal NON.

A partir dessa nova lógica urbana, os valores envolvidos no futebol, assim como as relações comerciais ligadas ao esporte ganharam proporções surreais. "Os valores envolvidos são absurdos em todos os sentidos. Como pode um salário de 500 mil reais ou um contrato de torneio de 100 milhões?", questiona o comentarista Trajano.

A manutenção desses valores, aliado a corrupção, é responsável pelo estado falimentar do esporte no Brasil. E faz parte da realidade de minoria de atletas e equipes. "Esse esquema usurpa a riqueza produzida pelo futebol brasileiro e enriquece, de um dia para o outro, dirigentes da CBF, das Federações, empresários etc. Enquanto isso, a maioria esmagadora dos jogadores recebe salários miseráveis, os jovens talentos carecem de apoio e, pior, são vendidos como mercadoria para clubes estrangeiros", aponta Aldo Rebelo.



Doutor em futebol

Quando militava dentro dos campos, ele organizou a “democracia corinthiana” e espalhou alegria e gols pelos estádios. Agora, como militante fora do gramado, ele é um dos críticos mais ácidos da mercantilização do futebol e das falcatuas da CBF. Em entrevista à *Movimento*, Sócrates fala da ação que, segundo ele, “está acabando com o futebol brasileiro”, da Seleção e de política

Por Pedro Paulo Venceslau

De quem é a culpa pela crise da Seleção e a pouca empolgação do brasileiro com a Copa do Mundo?

Eu acho que o time está muito distante daquilo que as pessoas querem acreditar que vai acontecer. Isso não depende só do comando técnico. O futebol brasileiro vive um problema estrutural. Ele é comandado por pessoas que levam o esporte em uma linha sem a menor coerência. Estão acabando com o futebol brasileiro por falta de organização e planejamento.

E o Felipão, é um bom técnico?

Eu gosto dele, acho só que está sem estrutura.

Falta amor à camisa?

A questão central é o grande negócio que se tornou o futebol, que envolve, hoje, um incomparável o volume de recursos e riquezas, bem maior que na época que eu jogava. A gente ia jogar em time de várzea. Quem gostava de jogar tinha ali um espaço. Dali saía uma organização, um time para participar de algum campeonato. O nascedouro de um jogador de futebol, naquela época, era absolutamente na-

tural, sem interferência de ninguém, não tínhamos técnicos especializados. Os jogadores da minha época nasceram nas ruas, nos quintais, nas praias.

E como ficam os atletas nesse processo de mercantilização do futebol?

Isso não é culpa dos atletas, e sim do mau gerenciamento do esporte no Brasil. O grande produto que se tem para oferecer ao público consumidor é o artista para apresentar o espetáculo. E o artista – o jogador – precisa ter uma casa. Ele tem que ter afinidade com quem consome este produto. A mercantilização gerou um comportamento que distanciou o artista de seu público. Ele não tem mais identidade, empatia. Fica rodando de grupo em grupo, ao contrário do que acontece na Europa.

A CBF é dirigida por um grupo com uma forte retaguarda política por trás, no Congresso. E é escudado por federações estaduais, todas muito fechadas. O que fazer para quebrar isso, será que a raiz do problema está aí?

A legislação esportiva, como em todos os setores, é arcaica e possibilitou o nascedouro destas oligarquias re-



gionais. As federações sempre foram comandadas por pessoas sem muita ligação com o esporte, com raras exceções. A partir do momento que o futebol começou a crescer como negócio, passou a ser interessante. E quando um grupo de pessoas vislumbrou a possibilidade de tomar conta do negócio, criaram-se mecanismos de preservação e eternização do poder. Um mesmo grupo se mantém no poder na CBF desde o começo da década de 90.

Como deveria funcionar a CBF?

O esporte tem que ser considerado uma questão de Estado, como a área de saúde, como a educação. A importância dele ainda não foi entendida pela nossa sociedade, mas o esporte é fundamental por se inserir em vários segmentos sociais – como na área de educação, na saúde, na capacidade de gerar cidadania, na integração social. A CBF deveria ser marcada em cima. Afinal, eles usam símbolos da nação, como a bandeira, as cores, o hino.

E a candidatura a deputado federal? Sai este ano?

Um dia, acho vou ser candidato. Não agora, pois isso depende muito das oportunidades. Eu sempre achei que fora do sistema eu poderia fazer mais política com resultados melhores, provocando mais discussão. O dia que eu achar que uma ação direta no Congresso pode ter melhores resultados, eu vou colocar o meu nome à disposição.

Como você analisa o governo do Fernando Henrique?

Não só ele, mas ninguém dá muito valor ao esporte neste país. Os orçamentos dos Estados, das cidades, sempre são menores do que as outras áreas. Mesmo não votando no PSDB, eu esperava mais deste governo, principalmente no lado social.

Como foi sair da medicina para ir para o futebol? Você participou do movimento estudantil?

Eu sou da geração alienada. Eu passei a vivenciar mais a realidade política do país quando eu entrei na faculdade. Meu primeiro ano de faculdade foi 72, na USP de Ribeirão Preto. Cheguei a ser candidato no CA. Era uma candidatura de protesto. Foi na época que eu estava começando a jogar futebol profissionalmente. O futebol, aliás, foi pra mim a maior escola política. O esporte tem a capacidade de te colocar com a realidade nua e crua, porque você tem contato com todos os níveis sociais.

E a democracia corinthiana? Conta um pouco como foi organizar a democracia em um time de futebol.

Foi em um momento difícil do time, nos anos 80. Era fim de temporada, estávamos mal na tabela, desclassificados. Então, juntamos o elenco e começamos e debater, democraticamente, sem apontar o dedo para ninguém, quais eram as raízes do problema. Aí evoluímos para uma discussão sobre as nossas condições de trabalho, sobre concentração, folga, visita de namorada etc. O presidente do clube gostou da idéia, o técnico também... Começamos a decidir tudo em assembleias. E começamos a ganhar os jogos.



Foto: Dida Sampaio/Ag

E tem gente ganhando muito dinheiro com isso...

Muito. Mas o Estado não teve até hoje coragem de interferir neste processo.

Por que a população não se mobiliza contra os desmandos do futebol?

Acho que isso tudo é fruto de um processo ideológico. Enquanto a população não tiver acesso a educação, informação e conhecimento, não vai ter consciência da força que tem.

O futebol brasileiro está em estado de falência?

Sem dúvida. Mas o processo ainda não chegou à superfície porque o Estado não tem coragem de cobrar o que é devido. Os clubes não pagam o INSS, Fundo de Garantia... Se o Estado cobrar isso, aí quebra de vez. Todos os clubes estão em estado de pré-falência.

Dentro dos possíveis candidatos para entrar na CBF, qual deles é o menos ruim?

Entre eles, se mudar o presidente não muda nada, só muda o bolso.

Você não é candidato à presidência da CBF?

Eu me coloquei como antecandidato para expor um pouco a insatisfação geral em relação a entidade, para levantar a discussão. Sou antecandidato, porque eu não tenho nenhuma chance de ser candidato, pois o núcleo de poder deles é muito fechado. Eu fiz medicina esportiva, mestrado, administração esportiva, quer dizer, tudo para trabalhar dentro da estrutura do futebol. Só que é impossível concorrer, por questões políticas. Mas meu projeto de vida, primeiro, tem a ver com meu compromisso com o país. O esporte pode ser um agente transformador fundamental na sociedade brasileira, porque ele tem força popular, tem transparência, capacidade de aglutinação.

A história da UNE faz parte da história do Brasil

UNE

65 anos

UNE faz 65 anos no dia 11 de agosto.

A É preciso comemorar, mas essa data é, sobretudo, motivo de orgulho para os estudantes e para o povo brasileiro.

São 65 anos de resistência. Neste tempo a UNE sobreviveu a duas ditaduras, enfrentou muita repressão policial e ataques de ordem política e ideológica, mexeu com grandes interesses econômicos, mobilizou e fez parte da vida de centenas de milhares de estudantes de todas as épocas. Não existe no país nenhuma outra organização ou entidade popular que tenha resistido tanto tempo, sempre lutando pela melhoria da sociedade brasileira.

A *Movimento* preparou um especial sobre os 65 anos da UNE, pra você conhecer um pouco mais a história da entidade, que é também uma parte da história do Brasil. Boa leitura!

Por Gabriela Moulin

Modernismo e modernidade: a UNE é fundada

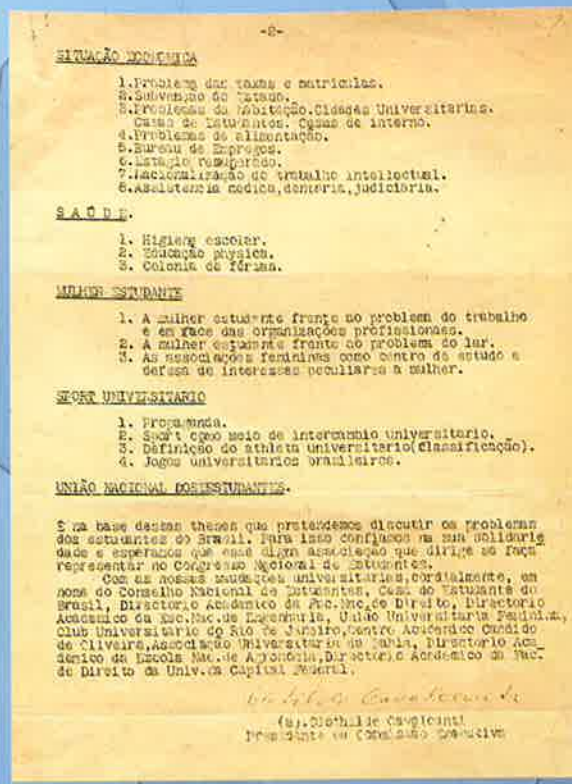
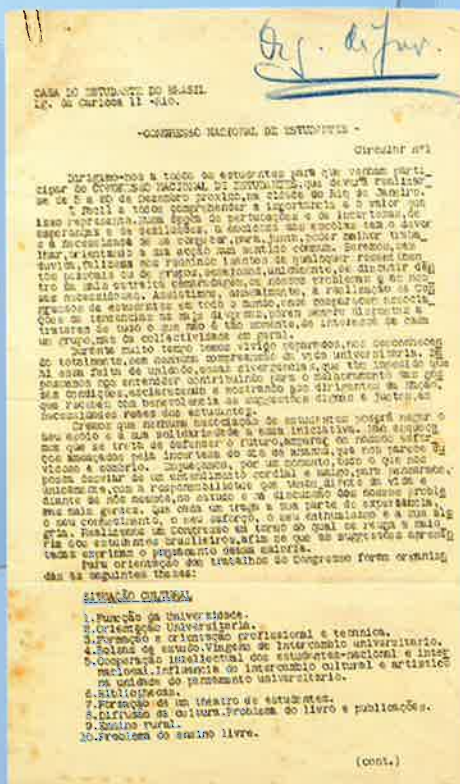
Getúlio Vargas chegou ao poder em 30. Em 37 instauraria o Estado Novo.

O mundo estava em crise lá fora, o país também. Aqui, os efeitos recessivos da crise de 29 aumentaram a função do Estado, legitimando todas as atitudes que propunham salvar a economia arruinada.

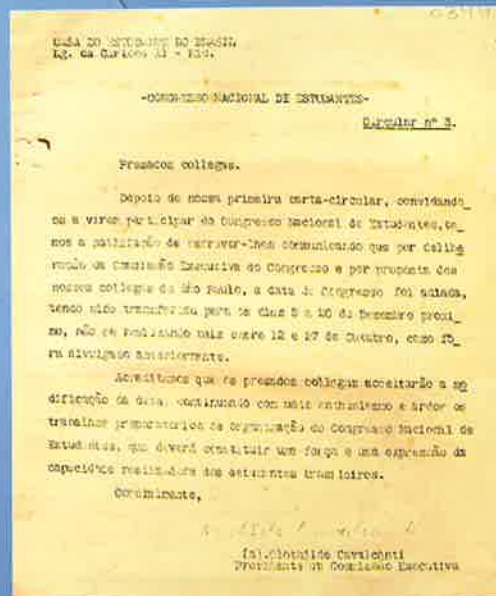
Por outro lado, o Brasil consolidava sua modernidade, depois da efervescência da década de 20. O projeto moderno, não só pelas mãos de Oswald e Mario de Andrade ou Tarsila do Amaral, traçou novos caminhos para a produção cultural e intelectual do país, incluindo a construção de museus e universidades. As cidades mais importantes se transformaram em centros urbanos e as classes operária e média aumentaram consideravelmente.

Neste contexto foi fundada a União Nacional dos Estudantes – em 11 de agosto de 1937. Um momento importante, depois de algumas tentativas frustradas de organizar os estudantes nacionalmente. Até então existiam apenas entidades regionais, espalhadas pelo Brasil, sem qualquer unidade de ação ou posição política.

O nazi-fascismo crescia na Europa e ampliava sua influência em outros continentes. Em 1939 explode a Segunda Guerra Mundial e a UNE é uma das primeiras organizações a fazer campanha contra o nazismo.



Documentos históricos da fundação da UNE



UNE
65 anos

Os estudantes unidos contra o nazi-fascismo



O ministro Gustavo Capanema entrega a sede da Praia do Flamengo (ex-Clube Germânia) aos estudantes, em 21 de agosto de 1942



Capa do boletim da UNE editado nos anos 40

O mundo entra na década de 40 dividido em dois blocos: o dos países aliados e os do Eixo, numa clara divisão ideológica entre democratas e fascistas. A UNE participa ativamente da luta contra o fascismo internacional e suas versões tupiniquins.

Mesmo com o governo Getúlio simpatizando com os países do Eixo, os estudantes deflagram a luta contra os fascistas, denunciando-os publicamente.

Em 1942, a UNE ganha sede própria em meio a uma história que vale a pena conhecer: com o fortalecimento da campanha contra os nazistas, o Clube Germânia é fechado no Rio de Janeiro. A UNE, junto com a Confederação Brasileira dos Desportos Universitários (CBDU), decide ocupar o prédio do clube que ficava na Praia do Flamengo, 132.

Com a ocupação, o governo Vargas, pelas mãos do ministro da educação Gustavo Capanema, entrega à UNE o prédio que, anos mais tarde, seria destruído pela ditadura militar.



Estudantes participam do 2º Congresso da UNE

Com o fim da Segunda Guerra e do Estado Novo em 1945, o movimento estudantil entra em uma nova fase. De 1947 a 1950, a UNE se destacou pela luta em defesa do patrimônio territorial e econômico do Brasil, empolgando a juventude com a campanha pela criação da Petrobrás e pela proteção das riquezas minerais brasileiras. A campanha "O Petróleo é Nosso" foi lançada pela UNE em 1947.



A UNE a favor do Brasil



Fotos: Arquivo

Getúlio Vargas recebe a diretoria da UNE em 1952

Os anos 50 passaram para a história com uma aura de glamour. A década se inicia com a fundação da primeira emissora de TV do Brasil, a TV Tupi, e termina com o nascimento da bossa nova, que mudaria o cenário da música brasileira. Na política os anos 50 são marcados pela presença de governantes como Getúlio Vargas, Jânio Quadros e Juscelino Kubitschek – que começa a construção da nova capital federal, Brasília.

Na Europa, foi a fase de reconstrução dos países destruídos pela guerra. Os Estados Unidos, enriquecidos, passariam definitivamente a dominar o cenário mundial. No Brasil, são os “anos dourados” em que o país assiste ao desenvolvimento da indústria automobilística e de bens duráveis.

A UNE passa por fases diferentes nesta década. Em 1953 é criada a Petrobrás, fruto da campanha pela nacionalização do petróleo que a entidade liderou na década de 40.

Até 1956 a participação política dos estudantes fica enfraquecida, fruto da influência norte-americana no movimento



Roberto Gusmão, na época presidente da UNE, discursa na campanha pelo petróleo em julho de 1957, no Rio de Janeiro

estudantil e nas questões educacionais brasileiras.

Em 1956, a direção da UNE muda e se volta mais fortemente para as questões nacionais. É organizada uma greve para baixar o preço das passagens dos bondes no Rio de Janeiro. E em 1957 começam os atos contra a presença cada vez maior dos norte-americanos nos assuntos internos do Brasil.

UNE
65 anos

Movimento estudantil em alta temperatura

A década de 60 foi movimentada em todos os aspectos – repressão, engajamento, experimentalismo, protestos e criatividade se misturavam.

Movimentos culturais importantes, como o Cinema Novo, a Tropicália e as peças do Teatro Oficina, do Opinião e do Arena, fervilhavam.

A UNE, já no início da década, se engajou em diversas atividades. Os estudantes organizaram uma campanha pela Reforma Universitária, exigindo participação estudantil nos órgãos colegiados da administração das universidades e levando caravanas denominadas “UNE volante” para todo país.

Foi criado também o Centro Popular de Cultura (CPC), que se tornou uma importante referência cultural, apresentando novas formas de dramaturgia e crítica do comportamento político.

Em 64, porém, a história toma novos rumos. Um golpe militar depõe o presidente João Goulart e, um dia depois, a sede da UNE, na Praia do Flamengo, é destruída e incendiada. Já dava para sentir o que viria por aí...

Mas a UNE resiste e, em 1966, realiza seu 28º Congresso em Belo Horizonte, entre uma missa e outra num dos salões da Igreja de São Francisco de Assis, convento de padres franciscanos. O Congresso mobilizou a opinião pública nacional em favor dos estudantes e dos religiosos que os acolheram.

Em 1968, a repressão militar fica mais forte e, em 28 de março, o estudante Edson Luís é assassinado no restaurante universitário Calabouço no Rio de Janeiro. O fato despertou forças de oposição e protestos. Em dezembro do mesmo ano é editado o AI-5 (ato institucional nº 5 - uma série de medidas do governo militar que aumentou ainda mais a repressão e a censura).

Em outubro de 68 deveria acontecer o 30º Congresso da UNE, para o qual foi escolhida a pequena cidade de Ibiúna, no interior de São Paulo. Os militares invadiram o local e prenderam 920 estudantes, entre eles os quatro principais líderes estudantis da época: Vladimir Palmeira, José Dirceu,



O ex-presidente Aldo Arantes (centro), na ocasião da 1ª UNE-Volante, em 1962



Estudantes são presos no Congresso de Ibiúna, em São Paulo, em 1968

Luís Travassos e Jean-Marc Von der Weid. Os quatro só seriam libertados anos mais tarde em troca de embaixadores seqüestrados por grupos de resistência ao regime.

Mas o movimento estudantil continua de pé...

UNE
65 anos

A juventude perde a inocência



Congresso de reconstrução da UNE em 1979

O final dos anos 60 é marcado por acontecimentos que irão reconfigurar a estética, o comportamento e a política da próxima década: o movimento de maio de 68, em Paris, e a chegada do homem à Lua, em 1969, são alguns exemplos.

A década de 70 não tem mais espaço para a inocência. O capitalismo mostra sua cara – com caretas que vão da Guerra do Vietnã à repressão das ditaduras latino-americanas.

No Brasil, o movimento de resistência à ditadura militar sofre a ressaca do AI-5. O movimento estudantil está desmantelado e suas principais lideranças estão presas. Muitos jovens ingressam na clandestinidade e na luta armada.

Honestino Guimarães, presidente da UNE, e Alexandre Vannucchi Leme, estudante da USP, são presos, torturados e assassinados em 1973. No ano seguinte é criado o Comitê em Defesa dos Presos Políticos. E o jornalista Vladimir Herzog é assassinado em sua cela em 1975.

Ainda assim, são realizados dois encontros

Estudantes resistem à demolição do prédio incendiado da sede da UNE, em 1979



Fotos: Arquivo

nacionais de estudantes – um deles em 1977, quando acontece a célebre invasão da PUC de São Paulo. A ação, comandada pelo então secretário de Segurança Pública do Estado, coronel Erasmo Dias, terminou com 900 pessoas presas e quatro gravemente feridas.

Mas o povo não se calou: 1977 foi o ano da retomada das manifestações contra a ditadura e reivindicações por mais verbas para as universidades, contra os preços abusivos das mensalidades e pela libertação dos presos políticos.

O AI-5 é revogado em 1978 e cinco mil estudantes comparecem ao Congresso de Reconstrução da UNE em Salvador, no ano seguinte. Além da reorganização da entidade, 1979 é o ano em que é decretada a anistia e em que os trabalhadores do ABC fazem grandes greves.

UNE
65 anos

Na volta à democracia, a UNE de novo



A UNE de volta à legalidade: o então presidente da UNE, Renildo Calheiros, em audiência oficial com o vice-presidente Marco Maciel, em 1985

Essa foi a década da transição. Os anos 80 se iniciam com um princípio de abertura democrática, que será consolidada em 1984 com a eleição de um civil para presidente da República – o mineiro Tancredo Neves.

As eleições foram precedidas da campanha pelas “Diretas Já” que levou centenas de milhares de brasileiros às ruas, entre eles estudantes e jovens que nunca tinham exercido seu direito de voto.

A UNE foi legalizada novamente em 1985, na gestão do pernambucano Renildo Calheiros, pela Lei 142 do deputado Aldo Arantes (PCdoB/GO), que foi presidente da entidade nos anos 60.

Com a instalação da Assembléia Nacional Constituinte, a UNE participa ativamente das discussões e realiza uma campanha que recolheu 1 milhão de assinaturas para a aprovação de emendas sobre educação na Constituição de 88.

Com a abertura política os jovens procuraram novas formas de se manifestar – o rock foi uma delas. Grupos como Legião Urbana, Titãs, Barão Vermelho e Paralamas do Sucesso surgiram no país.



A UNE na campanha das Diretas Já

As bandas expressavam em suas músicas a situação que a ditadura criou: um país de desigualdades profundas e mergulhado em uma grave crise econômica e inflacionária.

Em 1989 finalmente aconteceram as primeiras eleições diretas para presidente, depois de um longo e tenebroso inverno. O líder sindical Luís Inácio Lula da Silva foi derrotado por Fernando Collor de Mello – candidato que, a história trataria de mostrar, foi uma péssima escolha.

UNE
65 anos

Caras pintadas a favor da ética e da democracia



Campanhas históricas: impeachment, em 92 (ao lado) e Marcha da Educação, (acima)

Estamos comemorando os 10 anos do impeachment de Collor, que aconteceu em 1992 – o maior movimento liderado pelos estudantes brasileiros nos últimos anos. Foi sob a organização das entidades estudantis que os estudantes mostraram sua disposição para lutar por um Estado verdadeiramente democrático.

Com fama de playboy, o “caçador de marajás” confiscou o dinheiro da caderneta de poupança de milhões de brasileiros, abriu as portas do país para o capital estrangeiro e iniciou o processo de desvalorização das universidades federais e da pesquisa científica nacional. É nesta época que os estudantes se engajam na luta pela aprovação de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, com caráter democrático e de defesa das escolas e universidades públicas.

Mas as denúncias de corrupção contra o presidente não demoraram a aparecer, com a resposta imediata dos estudantes. Foram as entidades estudantis – UNE e Ubes – que puxaram as primeiras manifestações pró-impeachment em 1992. As passeatas gigantescas eram repletas de “caras pintadas” e culminaram no afastamento de Collor do cargo.

Em 1993 Itamar Franco assume a presidência e em seu mandato o terreno da praia do Flamengo, que abrigava a sede incendiada pela ditadura, é devolvido para a



Foto: W3 Publicidade

Cultura em movimento: Tom Zé participa da 2ª Bienal de Arte e Cultura da UNE, no Rio

UNE. Os estudantes têm o privilégio de ter uma nova sede projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer e a UNE está correndo atrás de verbas para realizá-lo. Leis que garantem a meia entrada em eventos culturais começam a ser aprovadas em diversos estados e municípios neste período.

A UNE entra de cabeça na luta em defesa da universidade, contra as medidas de dismantling da educação pública dos governos FHC, contra o Provão e o aumento abusivo de mensalidades.

No final da década, em 1999, os estudantes têm uma vitória na área cultural realizando a 1ª Bienal de Cultura e Arte da UNE. E a entidade entra no século 21 cheia de projetos e lutas.

UNE
65 anos

65 anos da UNE 10 anos de impeachment

Este ano a UNE comemora 65 anos de história. E, dentre centenas de manifestações, vitórias, reivindicações, lutas e perseguições, um grande movimento liderado pelos estudantes também é lembrado este ano. São os 10 anos do impeachment de Collor, um importante momento de participação política e mobilização da juventude brasileira.

A UNE vai concentrar as comemorações de seus 65 anos no dia 11 de agosto – dia do estudante e da fundação da entidade – com uma jornada nacional de lutas e um ato com todos os seus ex-presidentes que estão vivos.

Mas não basta comemorar. É preciso preservar melhor a história da UNE e do movimento estudantil que, afinal, fazem parte da história de nosso país. E o primeiro passo é o Centro de Estudos Honestino Guimarães (Cehog), que está sendo organizado pela UNE, com o apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do RJ (Faperj), Unesco e Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj).

O pontapé já foi dado – no dia 11 de abril, o governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, concedeu ao projeto, por meio da assinatura de um protocolo de intenções, 1 milhão de reais em verbas de pesquisa.

O Cehog funcionará em um prédio doado pela Uerj e dividido em três módulos. O primeiro, coordenado pelo



Caras-pintadas, durante manifestação pelo impeachment de Collor em 1992

professor Antônio Carlos Peixoto, da Uerj, tratará do resgate da memória do movimento estudantil. Sob direção do professor Pablo Gentili, o segundo módulo fará pesquisas sobre o ensino superior brasileiro. E o terceiro, coordenado pela pesquisadora Mery Castro, da Unesco, se concentrará na dinâmica do movimento estudantil atual.

A idéia é que todos, estudantes de hoje e de outros tempos, se envolvam neste projeto. Para isto, a UNE vai lançar uma campanha convocando os cidadãos a doar fotos, documentos ou qualquer material que ajude a recompor a história da luta dos estudantes brasileiros. Muita gente guarda este material em casa, como recordação de sua história individual, e isto possibilitou que um grande acervo fosse preservado.

Agora, com a estrutura do Cehog, a sociedade brasileira terá acesso a este patrimônio, que pertence à história de nosso país.



No Brasil
a luta dos
estudantes
tem endereço.



estudantenet

Site Oficial UNE e UBES



www.estudantenet.com.br



**União Nacional
dos Estudantes**